

Funabem vai mal

"Até agora tenho escrito sobre a Funabem, sem citar nomes, pensando em contribuir de alguma forma para que algo melhore. Mas a revolta está tomando conta de mim, pois vejo serem muito atingidos os menores. A impressão que tenho, eu que acompanho o trabalho da Funabem há anos, é que querem realmente a total destruição para forçarem a entrega ao Estado. Colocaram na direção do DPS uma minha xará, Sônia, moça incapaz, má funcionária, que quando trabalhava na Escola João Luiz Alves, na Ilha do Governador, abandonava constantemente o trabalho para ir à praia. Essa cidadã, hoje ocupando um dos cargos mais importantes ligados ao menor, tem se omitido quando é alertada sobre os absurdos que vêm ocorrendo, dizendo que são normais, alegando uma nova pedagogia e psicologia que demonstra claramente desconhecer.

Esses acontecimentos não são senão gerados pela total falta de comando. Uma menina da Escola Estela Maris foi violentada por vários menores da Escola João Luiz Alves; menores assaltaram dentro do próprio colégio um médico e uma assistente social; estão andando armados; a pederastia aumentou e ainda não providenciaram o início das aulas da Escola 15 de Novembro. Os menores estão ociosos e com ordens dela de não serem chamados à atenção por nada. Não precisa dizer que os acontecimentos desagradáveis vêm crescendo assustadoramente. É inacreditável! Acabou o setor de esportes!

Não preciso dizer mais nada. Desconhece totalmente um verdadeiro trabalho de terapia. Coitados dos menores! Que má sorte tiveram com essa nova direção! Estão lhes dando liberdade mas esqueceram que antes têm que orientá-los para saberem usá-la, pois estão só destruindo. É lamentável!"

Sônia Guimarães — Copacabana

TCU julga irre

Sindicato dos Médicos contesta Ministro sobre operações em menores

"Uma vez mais, o Ministro da Previdência Social deixou de ouvir os médicos", queixou-se ontem o secretário-geral do Sindicato dos Médicos do Rio, Heraldo Bulhões Martins, referindo-se ao depoimento que o Sr. Jair Soares prestou na CPI do Senado sobre violência, segundo o qual operações de fimose em menores lhes dariam a "impressão de estarem sendo castrados".

Surpreendido com a "nova denúncia do Ministro para desacreditar os médicos", o Dr. Heraldo foi ontem ao Hospital da Funabem em Quintino — onde, segundo o depoimento, teriam sido operados de fimose 87% dos menores internados — e disse ter constatado que no ano passado apenas 14% deles sofreram tal tipo de operação, concluindo que "é simplesmente falsa a estatística que o Ministro apresentou".

TRANSFERÊNCIA

Outro motivo de queixa para o secretário-geral do Sindicato dos Médicos está no fato de há pouco tempo terem sido transferidos da Clínica Dr. Elras para o Hospital da Funabem 21 menores à revelia dos próprios médicos da casa que os recebeu — uma casa, segundo ele, "sem condição nenhuma adequada para o tratamento de doentes mentais" e a despeito do plano que "os médicos têm para dotar o hospital das condições mínimas para receber doentes dessa natureza".

No momento, e segundo o Dr. Heraldo, aqueles menores estão jogados na enfermaria de Cirurgia, sem nenhum atendimento especial e pondo em risco a

segurança de outros internos bem como a conservação do prédio e móveis, motivo por que ainda recentemente os internados por doenças psíquicas quebraram dois aparelhos de televisão.

O secretário do Sindicato dos Médicos observou que sua crítica ao Ministro da Previdência Social (do qual depende a política a ser seguida também na Funabem) não é movida pelo fato de os pacientes terem sido transferidos de uma casa de saúde particular (onde custavam aos cofres públicos Cr\$ 280 mil por mês) para o Hospital da Funabem. O que ele critica é que "isso tenha sido feito, mais uma vez, sem ouvir os médicos".

pensão da formação de profissionais de nível superior?

jo dos estudantes que, no final da década de 60, saíam pelas ruas a gritar "mais verbas" e diando.

BP-4/5/8a X

O problema do menor e a ambição dos adultos

O modelo oficial no trato do problema do menor no Brasil vem sofrendo ultimamente toda uma série de sobressaltos, cujo sentido, princípio ignorado e intrigante, começa, agora, a ficar definido. De se lamentar, porém, a tentativa de destruição paralela de um excelente trabalho realizado com méritos reconhecidos por entidades nacionais e internacionais de indiscutível seriedade.

As investidas começaram em São Paulo, quando teve início, a partir do último ano do governo Paulo Egydio, uma cerrada campanha contra as administrações que se sucediam na Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem), montada sobre declarações de menores egressos ou de funcionários que se desligavam daquele órgão ou eram dele demitidos. Sem consideração das sabidas dificuldades encontradas nesse campo de atuação do Estado, recorrendo à interpretação distorcida de fatos que geralmente ocorrem em estabelecimentos que abrigam menores com graves falhas de conduta, procurou-se configurar uma crise extensa e profunda para responsabilizar, de imediato, os atuais ocupantes dos cargos de direção da

Febem, com efeito, sobre toda a política governamental de atendimento ao menor abandonado ou infrator, logo qualificada de inepta, para daí se partir a pleitear a criação de um ministério que tudo ajustasse com seus cargos, mordomias, etc..

Conquanto se tratasse de matéria delicada, por envolver justamente o menor carente, a crise — como se vê, mais uma crise pré-fabricada do que real — revelou o que já era sabido: ainda havia falhas. A par de importantes investimentos realizados, verificou-se que não os acompanharam uma cuidadosa especialização de pessoal, o que, entretanto, começava já a ser objeto de atenção, programando-se cursos destinados a melhorar o nível dos servidores no trabalho diuturno com o menor.

Mas as críticas contra a Febem, como agora parece claro, não visavam, propriamente, à fundação estadual, mas objetivavam levar ao descrédito todo o empenho governamental, a nível estadual e nacional, na implantação de uma política, sobretudo normativa, de proteção do menor.

É certo, entretanto, que o governo federal, chamando para a cúpula da

Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor pessoal de nível técnico discutível, pois sem maior expressão ou experiência no trato do problema, está avalizando uma administração que, à míngua de objetivos, se compraz em referir-se a desacertos — curiosamente, só agora encontrados, um ano após terem ocorrido mudanças na alta administração da Funabem. Por que somente agora se fala em práticas, não apenas desaconselháveis, mas condenáveis, de administrações anteriores? Essa constatação, estranha porque excessivamente extemporânea, de terapias médicas distorcidas, de torturas e de maus-tratos generalizados é o meio adequado e sobretudo honesto de enfatizar a necessidade de uma pretendida mudança, entregando-se o deslinde da questão a um ministério específico?

O que se tem em mente, com a campanha que passa do âmbito estadual para o federal, para atingir pessoas de indiscutível reputação no campo do atendimento ao menor, como é o caso das assacadihas proferidas contra a atuação do sr. Mário Altenfelder Silva à frente da Funabem? Destruir, apenas, por destruir?

Triste desiderato, que mais estigmatiza quem destrata e ofende, quando é certo que o trabalho realizado no setor por Mário Altenfelder é reconhecido nacional e internacionalmente, a partir de São Paulo, no antigo Serviço Social do Estado, depois na Funabem e na Secretaria de Promoção Social de São Paulo e, por último, na Secretaria de Higiene e Saúde da Prefeitura de São Paulo, trazendo, como tem trazido, o fruto de sua experiência acumulada de conhecedor do assunto para um sério trabalho de reeducação do menor e de sua reintegração útil na comunidade. Ou o interesse é desmontar, para remontar o mesmo órgão com status de ministério?

A questão extravasa, nesse instante, da imprensa para a barra dos tribunais, aonde estão sendo chamados os responsáveis por esses desatinos, que não são a favor do menor, e que, na maior parte, refletem frustrações e buscam a mera promoção pessoal. Naturalmente, a Justiça, chamada a intervir, irá trazer à opinião pública os esclarecimentos que a ânsia de publicidade de uma das partes e a discricção da outra até agora não têm permitido. É o que esperamos.

FOLHA DE S. PAULO

18 MAR 1980

18 MAR 1980

***Dois condenados
por maus-tratos
contra menores***

16

O ex-diretor Tomás Antônio Cortês e o ex-inspetor Abel Antônio da Silva Braga, do Instituto de Menores de Iaras, da Febem, foram condenados a dois meses e dez dias de detenção, por prática de maus-tratos contra menores, pelo juiz Marco Antônio Alves de Lima, do município de Cerqueira César.

Os fatos ocorreram em 1976 e 1977, quando os acusados espancaram, submeteram a trabalhos forçados e a vexames e ainda deixaram sem alimentação diversos menores internados no instituto.

Tomás Antônio Cortês e Abel Antônio da Silva Braga haviam sido demitidos da Febem no começo de 1979, pelos abusos praticados em Iaras. PAG. 14

28 JAN 1980

Página 24

EDITORIAL

MENORES INFRATORES

No retorno de sua bem sucedida viagem ao Exterior, toda ela dedicada ao campo econômico, o governador Paulo Salim Maluf está às voltas com um problema social dos mais graves e difíceis, a exigir solução imediata, que reclamará toda a sua argúcia e pertinácia, já que não pode ser resolvido com medidas procrastinadoras como as adotadas pelo secretariado paulista, ante uma série de eventos contrastadores que tiveram por palco a unidade da FEBEM, destruída em Moji Mirim.

Quase duas centenas de menores infratores, conduzidas por alguns deles de perigosidade extrema, levaram a efeito uma rebelião que alcançaria as mesmas proporções do capítulo negro alimentado por criminosos maiores, há decênios, na Ilha Anchieta, se as condições fossem idênticas.

As providências repressivas determinadas pelos órgãos policiais, coadjuvados pela Secretaria da Promoção Social, minimizaram os resultados desalentadores hauridos pela revolta, mas não conjuraram absolutamente as tremendas dificuldades oriundas de uma solução protelatória, que reforça, ao invés de extinguir, o quase insolúvel problema do menor delinquente.

Destarte, uma centena de menores que aterrorizava Moji Mirim e suas adjacências, espalhando esse sentimento de pavor até a velha cidade das andorinhas, foi, de forma aleatória, removida para um presídio em Sorocaba, transferindo-se para aquela região as preocupações que intranquilizavam Campinas.

Queremos acreditar que, em breve intervalo, o presídio de Sorocaba deveria funcionar como um posto de triagem dos menores, ao tempo em que se inovasse a construção de um presídio-sanatório para os mesmos, onde seriam recolhidos aqueles de maior periculosidade. Essa triagem seria executada por um grupo de psiquiatras e a direção da prisão-hospício também estaria a cargo de um deles, com a assistência de psicólogos e analistas, já que são notórios, pela conduta, os distúrbios mentais de que são portadores.

O que não está certo, de forma alguma, é travar a marcha ascensional da Coordenadoria dos Estabelecimentos Penais em São Paulo, que já equacionou o problema da recuperação dos condenados, para desviar um ou mais de seus estabelecimentos a menores doentes, que repetirão seus desatinos, surjam ou não surjam as oportunidades.

FOLHA DE S. PAULO

29 JAN 1980

Sindicância na Febem terá jornalista

O jornalista Carlos Alberto Luppi, da "Folha", foi designado ontem pelo Juízo de Direito da Vara de Menores da Capital para fazer parte da Comissão de Sindicância que deverá apurar as acusações de irregularidades, corrupção, maus tratos e torturas contra menores na unidade da Febem de Moji-Mirim.

A designação foi feita pelo juiz de Menores Ronaldo Vaz Comparato — que substitui o corregedor Nilton Silveira, que está de férias. O jornalista representará o Movimento em Defesa do Menor de São Paulo. A entidade fez uma representação junto ao Juizado, solicitando uma sindicância de caráter judicial na Febem, após as graves denúncias contra a entidade veiculadas pela "Folha", de autoria do próprio jornalista.

Esta é a primeira vez que um jornalista, autor de denúncias contra uma entidade oficial, é convidado a compor uma Comissão de Sindicância para apurar irregularidades num organismo público. O inquérito judicial será feito inteiramente à parte das sindicâncias efetuadas pela direção da Febem e pela Secretaria da Promoção Social, porque, no caso específico de Moji-Mirim, o juiz de Menores achou melhor que o próprio Juízo fizesse as investigações. Esta é a primeira vez que o Movimento em Defesa do Menor de São Paulo participa de uma sindicância oficial de âmbito judicial para apurar irregularidades na Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor.

30 JAN 1980

Legislação dificulta emprego do menor (1)

Experiência em Assis já mostra bons resultados

ROBERTO SILO
Correspondente

ASSIS — A legislação trabalhista em vigor constitui uma das principais dificuldades para o emprego de menores nos diversos setores de produção, quando a ocupação dos garotos, abandonados e carentes, figura como uma possível solução para a delinquência juvenil e infantil. Esta é a opinião do chefe do Comissariado de Menores de Assis, João Batista Meireles de Almeida, para quem deveria haver mudanças na legislação, de forma a facilitar o emprego de menores e não criar embaraços aos empregadores, que, mediante as exigências legais, preferem empregar maiores de idade, marginalizando o menor do processo de produção, e, portanto, concorrendo para a delinquência.

Manter o menor ocupado, com tempo suficiente para a devida instrução escolar, é a experiência desenvolvida com resultado satisfatório pela corporação local da Polícia Militar, que mantém um efetivo de quase 300 garotos. Entretanto, reconhecidamente, existe a dificuldade em empregar os meninos, em função da própria legislação trabalhista que na maioria dos casos retrai o empregador, impedindo ou dificultando a ocupação do menor.

SEM SOLUÇÃO

Para o chefe do comissários de menor da Comarca de Assis, "o problema não tem solução, porque não existe uma preocupação objetiva e definida". Defende que se houvesse uma organização judicial e legal agressiva para tratar a questão então seria mais fácil atingir a solução desejada. Entretanto reconhece que se trabalha o problema atualmente com o mínimo possível de recurso, e isto impede uma ação ostensiva. Contou que apenas em Assis, durante o ano de 1979 aproximou-se de 200 o número de menores indiciados por práticas ilegais. O furto simples é o mais comum, e existe numa escala ascendente, sem que a ação preventiva e fiscalizadora acompanhe tal progresso.

Meireles de Almeida explicou, por exemplo, que há dificuldade para um juiz de menores do Interior internar um garoto numa unidade da Febem. Primeiro o ofício deve ser encaminhado para São Paulo, ao Juizado de Menores, que se encarrega de conseguir vaga para internamento. Entretanto, isto dificilmente acontece, pois durante um ano apenas um garoto infrator de Assis foi internado, pois é insuficiente a oferta de vagas, diante da demanda crescente. Em consequência disso, disse o comissário, o combate contra a marginalidade infantil é amplamente dificultado, pois não existe local para recolhimentos dos infratores que, mesmo apreendidos após as práticas criminosas, permanecem em liberdade e sem qualquer instrução efetiva.

Na sua opinião deveriam ser criadas novas unidades de internamento, e "não extintas as existentes, como pretende o prefeito de Moji Mirim", que após as

fugas dos últimos dias, solicitou a desativação da unidade existente em sua cidade. Também a população manifestou interesse na extinção, alegando falta de segurança em consequência das constantes fugas.

ABSURDO

Para o chefe do comissariado de Assis, "é um absurdo falar-se em fechamento de uma casa de correção. Pelo contrário é necessário que se criem muitas outras, pois as existentes não atendem à demanda". Na sua opinião, a Febem deveria estender seus serviços para o Interior do Estado, e providenciar a instalação de novas unidades de internamento. "Em toda a região da Sorocabana — enfatizou — não há nenhum local que se sirva para acomodar os menores infratores. Desde Botucatu até Presidente Epitácio não existe nenhuma unidade, quando seguramente precisaríamos de pelo menos duas".

Meireles de Almeida não acredita na eficiência de casas de correção de caráter municipal, onde os garotos não têm qualquer instrução específica nem educacional. Defende que o governo deveria atacar ostensivamente o problema, ampliando as condições de atendimento ao menor. "Internamento com escolas e trabalho para os moderados, porém, sem nunca esquecer a fiscalização que é indispensável. E também um local de abrigo para os mais rebeldes, que não têm mais recuperação".

O chefe do comissariado, que dispõe de 20 comissários nomeados para executar a fiscalização em Assis, disse que as atividades do Juizado de Menores continuam sendo exercidas, entretanto a estrutura é falha, porque não existe o que fazer com o infrator, depois de detido. Quando há autorização judicial para casos extremos, o menor pode ser submetido à prisão cautelar. Isto, porém, legalmente não pode acontecer por longos períodos, que excedam uma semana; entretanto há casos de menores que permaneceram durante meses em cadelas públicas comuns.

Alterar a legislação, tanto trabalhista quanto as demais, que tratam do menor, ampliar as condições de internamento e agir agressivamente contra a questão são os fatores que na opinião de Meireles de Almeida podem contribuir para solução do grave problema social caracterizado pela existência de grande contingente de menores abandonados e sem ocupação na maioria das cidades do Interior.

Os regulamentos, da mesma forma que a ação, são fatores limitados. Por exemplo, em Assis há 20 comissários de menores nomeados para fiscalizar e impedir a permanência de menores em bares, e em trânsito após as 22 horas. Entretanto, segundo Meireles, nem todos trabalham porque esta função não é remunerada e as pessoas têm suas ocupações profissionais. Por outro lado qualquer mudança exigiria uma reforma em toda estrutura vigente.

NOTICIÁRIO GERAL

MENOR: SECRETÁRIO QUER PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

VIOÊNCIA URBANA - XI

Esta série inclui trabalhos dos seguintes repórteres: Alexandre Garcia, Antonio Carlos Mendes, Antenor Braldo, Ramão Gomes Portão e Maria Tereza Pagliaro.

O problema do menor somente terá solução se a comunidade, em todos os seus segmentos, dele participar juntamente com o Governo. E a partir desta conjugação de esforços que o secretário da Promoção Social, Antonio Salim Curiati, acredita poderem ser viabilizados os caminhos para resolver essa questão.

Para ele, o menor não é o principal problema de sua secretaria, "pois nós temos de atender a todas as faixas de idade, procurando trabalhar tendo a família como visão última de nossos esforços".

O secretário não aceita críticas nem afirmações de que a Febem, principal órgão de sua secretaria que cuida desse problema, está ultrapassada. "O que temos de fazer é atualizá-la, isto sim. Mas do que ela se propõe, pelo menos um pouco vem sendo feito. Pretendemos fazer uma reestruturação completa em sua constituição, para conseguir maior eficiência", destacou.

Ele deu até um prazo para que isso comece a ser realizado: "Em junho, a própria Secretaria da Promoção Social vai passar

por uma reestruturação, que há muito tempo vem sendo preparada e planejada pelo Governo do Estado. Feito isso, todas as instituições a ela subordinadas ganharão nova dimensão e — acredito — uma elasticidade de atuação maior".

UM MILHÃO

Segundo dados apresentados pelo secretário da Promoção Social, sua Pasta atende, através de instituições próprias e por convênios firmados com outras entidades, a um milhão de menores carentes, infratores e portadores de defeitos físicos.

Embora não considere esse número ideal, nem a ação exercida sobre os menores perfeita, Antônio Salim Curiati faz questão de apresentar esses dados para provar que "alguma coisa vem sendo feita".

O Secretário da Promoção Social não simpatiza com algumas soluções sugeridas por personalidades que atuam na área do menor. Para Nilton Silveira, Juiz de Menores da Capital, a situação dos menores carentes e infratores — que ele estima em 1 milhão e meio, na Capital — somente poderá ser melhorada a partir da criação de um órgão central, que determine uma política global, válida para todo o Brasil sobre o assunto. No seu entender, o Ministério da Família poderia fazer isso. Antônio Salim Curiati acha que as soluções podem ser encontradas dentro das estruturas atuais. Ele cita o exemplo da Igreja, que, através de d. Luciano Mendes, bispo da Zona Leste da Capital, assinou um convênio com a Febem, comprometendo-se a educar 150 menores com desvio de conduta, que permanecerão em liberdade



Curiati

vigiada! O primeiro Centro Social com esta função foi inaugurado ontem e outros cinco — informou — deverão estar prontos até julho.

PROFISSIONALIZAÇÃO

Dentro de poucos dias, o secretário da Promoção Social vai procurar a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo Fiesp para propor formas de profissionalizar menores. A Febem vem profissionalizando atualmente dois mil menores, alguns dos quais já foram absorvidos pelas empresas do ABC.

POLÍCIA DO MENOR

A sugestão dada por uma penalista entrevistada pela Folha da Tarde, que propôs a criação da Polícia do Menor, foi bem recebida por Antônio Salim Curiati. "Tudo o que se faz em prol do menor, destacou o secretário da Promoção Social — é muito bom", acrescentando que já manteve contato com o secretário da Segurança nesse sentido.

"Para atuar junto ao menor, seja ele infrator ou carente — disse ainda o secretário — é melhor o policial especializado do que o improvisado. Só boa vontade não basta. Acho boa a idéia da criação do homem-policial preparado para atuar junto ao menor" reafirmou.

Embora reconhecendo que a resolução da problemática do menor (que ele insiste em dizer que não é o problema maior de sua secretaria) não é fácil, Curiati garante que, a longo prazo, principalmente após a reestruturação de sua Pasta, as entidades que cuidam desse problema ganharão maior eficiência.

"Pelo menos é isso que estamos querendo", enfatizou.

Internos de Moji Mirim no presídio de Sorocaba

SOROCABA (dos correspondentes) — Em Sorocaba, os internos da Febem, transferidos da Unidade de Moji Mirim, serão tratados de forma humana, porém com mais rigor, tendo de submeter-se ao regime carcerário da Justiça. Essa promessa foi feita ontem pelo secretário da Justiça, José Carlos Ferreira de Oliveira, ao prefeito José Teodoro Mendes, que lhe havia telefonado, pela manhã, apreensivo com a chegada dos jovens.

Cem internos chegaram anteontem a Sorocaba, sob forte escolta policial, sendo alojados no Presídio Regional. O número surpreendeu, pois era aguardados cerca de 50, com idade entre 18 e 21 anos. O secretário da Justiça, segundo o prefeito, mostrou-se surpreso com a informação de que entre os transferidos havia muitos menores. José Carlos Ferreira de Oliveira assegurou ao prefeito Teodoro Mendes que a transferência de menores fora feita contra sua ordem e determinou sua imediata remoção para unidades da Febem. Entretanto, segundo o diretor do Presídio Regional, Etienne Xavier Lopes, essa transferência será feita no prazo de três dias.

A cidade vive desde ontem momentos de sobressalto e insegurança, com a presença

dos internos de Moji Mirim. Isso porque o Presídio Regional, inaugurado há dois anos, já chegou a ser interditado por falta de segurança. Algumas fugas de presos perigosos aconteceram. Além disso, há o temor na cidade de que, junto com os transferidos, chegue também o que o prefeito chamou de "apoio logístico": criminosos que, de uma ou outra maneira, estão ligados aos internos da Febem.

Mas, pelas garantias que o secretário da Justiça deu ao prefeito, a cidade não precisará ficar alarmada, pois os jovens não ficarão soltos. "O secretário nos garantiu que forte policiamento será transferido para Sorocaba e não haverá condições dos internos fugirem. Lá em Moji Mirim eles eram muito miudinhos", assegurou Teodoro Mendes.

O secretário da Justiça informou também que pessoal especializado da Febem será transferido para Sorocaba, mas isso deverá demorar ainda um mês.

Entre os 100 jovens que chegaram a Sorocaba, havia muitos menores, de 12 a 17 anos, alguns machucados e outros visivelmente doentes, o que provocou reação da própria polícia. Na cidade, dá-se como certa a implantação, em definitivo, de uma unidade da Febem.

Esconder a culpa com a acusação

CARLOS ALBERTO LUPPI

A julgar pelas declarações do senhor presidente da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, as causas dos violentos incidentes na unidade da Febem em Moji Mirim, que levaram à desativação da casa, são: 1) a existência, na unidade, de 56 jovens adultos que organizam e lideram rebeliões, e 2) as denúncias publicadas pela "Folha" e um de seus jornalistas sobre espancamentos de menores e corrupção.

Desta forma, o sr. Presidente da Febem e todos os seus assessores, de comprovada incompetência, mais uma vez tentam tapar o "sol com a peneira" e eximir-se de erros claros, clamorosos, grosseiros e estúpidos. Até recentemente, o sr. Antônio Ribeiro Machado, assim como três outros presidentes da entidade, que o antecederam, preferia negar todas as evidências da situação crítica da Fundação — corrompida, transformada em escola de crime e aprindizado da violência e de desumanidade — para, surpreendentemente, afirmar que os menores fugiram porque quadrilhas de maiores adultos invadiram as casas para soltar os meninos. Agora, ele já abandonou esta argumentação e prefere acusar diretamente este jornalista como causador dos distúrbios, por ter sucessivamente denunciado as vergonhosas mazelas da Fundação, por denunciar as torturas, violências e espancamentos contra os menores aos "cuidados" da Fundação. Se fôssemos dar crédito a toda a filosofia de vida do sr. Ribeiro Machado e seus amigos, certamente teríamos que ficar calados diante do que considera básico para que possa conduzir a Fundação do Menor sem ter problemas: calar a boca da imprensa. Se não de toda a imprensa, pelo menos a boca de um certo jornalista que a Febem não consegue "engolir", porque não se intimida diante de ameaças, nem se cala diante da verdade que precisa vir a público. Já por algumas vezes, membros da Febem — desde que iniciamos nossa série de mais de 150 reportagens denunciando as mazelas e os absurdos que se cometem contra os menores marginalizados em São Paulo — tentaram calar este jornalista. Inicialmente, através de pressões. Elas de nada adiantaram. Em seguida, através de ameaças anônimas chegadas pelos telefones da redação. Que também não foram levadas a sério e foram até mesmo ridicularizadas por este jornalista. Agora, tenta-se novo expediente: atacar diretamente o jornalista porque ele faz denúncias, porque põe a boca no mundo e não dá tréguas a torturadores, e incompetentes, que usam o dinheiro destinado ao tratamento e assistência a menores no Estado para tudo, menos para os menores. Exemplo claro? O que aconteceu em Moji Mirim. Denunciamos durante uma semana inteira tudo o que se passava em Moji. Denunciamos inclusive o descaso da direção da Febem para com o que ali ocorria. Havia até uma sindicância, não levada a sério, e que quase foi arquivada por puro descaso, não fosse a pressão deste jornal para que tudo fosse devidamente apurado.

Para a cúpula da Febem, melhor seria que este jornalista não existisse. Talvez isso explique ameaças de morte recebidas pelo jornalista, recentemente. Pelo que o sr. Ribeiro Machado deixa transparecer, a Febem seria um mar de rosas se este jornalista não denunciava a péssima situação em que se encontra a Fundação, entregue literalmente a um grupo de incompetentes sem qualquer

experiência no trato com menores. Este mesmo grupo que, em suas considerações, dentro de quatro paredes, vê o menor como bicho, como pequeno animal que precisa estar encurralado, cercado de polícia por todos os lados, que precisa ser castigado quando erra, que precisa ser ameaçado para que a "autoridade" seja respeitada por ele.

E assim que pensam do menor, e, consequentemente, é assim que agem com o menor. O recurso de justificativas da Febem e da Secretaria da Promoção Social, para explicar o que ocorre agora, chega ao fim, acusando-se este jornalista de, com suas denúncias, fomentar fugas, quebra-quebras e caos na Fundação. Ora, nada mais lamentável, nada mais ridículo. Estas afirmações mentirosas já cansam. A julgar pelas explicações, dentro da Febem somente há "santos", que merecem o reino dos céus. Enquanto o "inferno" está reservado para os menores e para este jornalista.

SEM TRÉGUAS

Diante de tamanha inconsequência, não resta outra alternativa ao sr. Ribeiro Machado e seus assessores do que colocar seus cargos à disposição, para que a Fundação seja reestruturada à luz de maior capacidade e menor cegueira. Há em São Paulo algumas pessoas cuja capacidade de lidar com o menor é infinitamente superior à desses neófitos, que atualmente sentam-se nas confortáveis cadeiras da Fundação. Estes inexperientes esquecem-se de que a marginalidade não é causa de si própria e a violência do menor não é típica. É atípica, à medida que, neste País, o social está muito distante do ser humano. É atípica à medida que esta violência das classes menos favorecidas explode como uma resposta à violência e à humilhação de que são vítimas constantemente dentro da Fundação e na maioria de suas obras conveniadas. Certamente alguma coisa já melhoraria se os responsáveis (!) pela Fundação e suas obras deixassem de acobertar torturadores e despreparados. Teríamos algo sério a analisar se os dirigentes da Febem antes de criticar quem diz a verdade pura e simples, realizassem uma auto-análise para detectar seus grosseiros e vergonhosos erros. A permanecer como está, menores vão continuar se revoltando contra o péssimo tratamento que lhes é oferecido (afinal, qual o ser humano que reagiria pacificamente e passivamente agredido na cara e no coração?).

Causa cansaço e desespero ter de analisar declarações absurdas, desastradas e de nível absolutamente primário, como as do presidente da Febem, acusando este jornalista de, com suas denúncias, fomentar o caos na entidade. Quem fomenta o caos é o despreparo, a política da violência, o desconhecimento dos valores reais dos menores, é a humilhação imposta a dezenas, centenas de menores, é seu vergonhoso estado de abandono, num Estado que não lhes dá o menor valor. Se estão querendo, com críticas desonestas, calar a boca deste jornalista, não vão conseguir. Se estão achando que este jornalista vai parar de combater os torturadores de menores com convites para jantares e cover-sas ao pé do ouvido, não vão conseguir. Renovo de público um compromisso: não dar tréguas aos omissos, aos corruptos, aos torturadores, aos incompetentes, aos mentirosos.

BRDFANBSB V8.GNC.AAA.80008740 am 003, p.9

Corregedor e promotor apóiam idéia do Ministério do Menor

CARLOS ALBERTO LUPPI

O juiz - corregedor de Menores do Estado de São Paulo, Nilton Silveira, defende a idéia da "criação do Ministério do Menor e da Família, para que seja possível que o País realize um trabalho coordenado de assistência às 40 milhões de pessoas que atualmente se encontram em progressivo estado de miséria e carência, entre as quais estão 25 milhões de menores".

O juiz acha que a criação do Ministério do Menor e da Família "é uma necessidade imediata", exatamente porque "a Nação está carregando um ônus pesado, demais com relação às populações marginalizadas, que ou não são adequadamente assistidas, ou são mal atendidas, devido à incrível dispersão de recursos nesta área". O Ministério do Menor e da Família reuniria todos os organismos atualmente existentes, no âmbito de vários Ministérios, "coordenando recursos e traçando uma política social uniforme para todo o País", segundo Nilton Silveira.

A criação do Ministério está sendo proposta pela Associação Brasileira de Juizes de Menores e já há em Brasília, projeto neste sentido. Para Nilton Silveira "a idéia é válida, com a ressalva de que não devemos criar um superministério, incrustado em burocracia e em visões de cunho político-partidário". Acha que "um organismo deste tipo tem que ter a participação ativa da população e objetivos claros e definidos. É um trabalho com fins sociais e não políticos".

ELOGIO

Nilton Silveira elogiou a nova filosofia de trabalho em execução pela Funabem sob a direção da professora Ecléa Guazelli: "porque finalmente vejo uma metodologia compatível com a realidade e as necessidades nacionais na área social, já que, atualmente, a Funabem se propõe a desmontar um esquema punitivo contra menores, que sempre existiu e que é um dos motivos do aumento da violência por parte destes menores".

PROMOTOR

A criação do Ministério do Menor e da Família também é apoiada pelo promotor paulista e especialista nos problemas do menor, João Benedito de Azevedo Marques, ex-presidente da Febem. Ele acha que "este Ministério, além de traçar a política do setor, funcionaria como verdadeiro indicador das

situações de deterioração social, orientando o planejamento global do governo".

"Acho que este Ministério deveria reavaliar os recursos dos órgãos incumbidos de executar a política social, de modo especial a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor, (Funabem) cujos recursos sempre foram insuficientes para a imensa tarefa que lhe compete, embora atualmente os

recursos da Funabem tenham aumentado consideravelmente", diz.

Acrescenta: "Entendo que, ao lado das reformas políticas exigidas pelo Estado de Direito, que estão sendo discutidas e começam a ser implantadas, torna-se necessário uma revisão da política na área social, adotando-se uma linha mais agressiva e com melhores e maiores resultados".

Juiz nega "complacência"

O juiz Alirio Cavallieri, do Rio de Janeiro, enviou à "Folha" a seguinte carta, sobre a matéria "Na Funabem, falhas vitimaram o menor":

"Citado na série de reportagens do jornalista Carlos Alberto Luppi, com o título "Na Funabem, -falhas vitimaram o menor" e, expressamente, como tendo assumido "tácita complacência" em "irregularidades e arbitrariedades cometidas contra menores na Funabem, durante as administrações dos srs. Mário Altenfelder e Fowler de Melo", no período de 1964 a 1979, venho esclarecer, inicialmente, que foram vários os juizes que exerceram sua magistratura no Juizado de Menores do Rio de Janeiro, durante aquele lapso de tempo. No ano de 1964, era juiz titular do Juizado o falecido desembargador Cavalcanti de Gusmão, o qual permaneceu no cargo até o dia 2 de abril de 1969.

"Sucedi, então, ao ilustre magistrado e no dia 4 de setembro de 1975 assumiu o Juizado o dr. Campos Neto, seu titular até o momento. Na condição de juizes auxiliares, mas investidos de competência plena, no período de 1964 a 1979 ou substituindo os titulares, dirigiram o Juizado do Rio de Janeiro inúmeros magistrados, como os doutores Aurea Pimentel Pereira, João Bosco Cavalcanti Lana, Américo Canabarro Richardt, Amintor Vergara, Mauro Junqueira Bastos, Dalpes Monsorens, Dalton Costa, Asdrúbal Siqueira, Pedro Ligiero, Heitor Montandon, Renato Tonini, Fernando Pinto, Cássia Medeiros, Paulo Gomes Alves, Júlio Paraguassu, Eduardo Castanheira Sarmento, Nelson Siffert, Monir Nahid, Fernando Noronha, José Márcio de Ávila e Paulo Roberto Leite Ventura.

"Além desses juizes, dezenas de curadores de menores, fiscais da aplicação da lei, honraram, seus postos no Juizado

do Rio de Janeiro, sendo que, há cerca de dez anos e até o momento, lá estão os doutores Eduardo Guimarães Salamonde e Nilton de Barros Vasconcelos.

"Quanto à referência a que teria eu autorizado a Funabem a enviar menores ao Instituto Penal Moniz Sodré, esclareço, primeiro, que tal estabelecimento, que não tem "penal" em seu nome, é destinado a apenados jovens-adultos até 21 anos e, segundo, que aqueles que para lá foram enviados foram-no por decisão judicial exarada em processo regular, fiscalizada pelo Ministério Público. Quando deixei o Juizado, em setembro de 1975, ficaram no Moniz Sodré 12 menores, todos próximos dos 18 anos e com base na lei federal vigente. O número citado na reportagem, de 270, nos dias atuais, é surpreendente para mim, quase cinco anos depois que deixei o Juizado. Lembro, para esclarecer, que o juiz de menores presta contas de sua atuação no exercício de sua função pública ao Tribunal de Justiça, no meu tempo constituído de 36 desembargadores e, desde a fusão Rio de Janeiro-Guanabara; atualmente, são em número de 64 os desembargadores.

"Considerando que a Funabem recebe, desde sua implantação, menores de todo o País, notadamente de todo o Estado do Rio de Janeiro, enviados por juizes, deve-se considerar a fiscalização de apreciável número de magistrados, que se somam aos já referidos. É surpreendente que a imprensa e toda uma multidão de visitantes, nacionais e estrangeiros, não tivessem percebido as alardeadas irregularidades e arbitrariedades mencionadas na reportagem desse jornal. De 1964 a 1979, lapso de tempo referido, a Funabem foi palco de simpósios, cursos, congressos, conferências, seminários, com técnicos nacionais e estrangeiros, recebeu presidentes da República; possuí, por lei, um Conselho de que fazem parte representantes de Ministérios, OAB, empresários, religiosos, representantes da Presidência da República; temos lido elogios em publicações técnicas tanto do Brasil como do estrangeiro. Há de ter tido suas contas examinadas pelo Tribunal de Contas. Os presidentes da Funabem, Mário Altenfelder e Fowler de Melo, receberam a medalha Melo Matos, conferida pela Associação Brasileira de Juizes de Menores, e entregue a personalidades que se tenham consagrado à causa do menor. Fowler de Melo recebeu a medalha em solenidade em que foi saudado pelo dr. Liborni Siqueira, atual presidente da Associação Brasileira de Juizes de Menores. Quanto a Jessé Torres Pereira Junior, é sócio e secretário da referida Associação dos Juizes de Menores, eleito no Congresso de Vitória, em 1979.

"A aceitar-se o que afirma a reportagem, o aforisma de Lincoln teria sido destruído, porque poucos teriam conseguido enganar a todos por todo o tempo.

"Sobre a Funabem, não tenho nenhuma razão para mudar juízo que expressei em meu livro "Direito do Menor" (1.ª edição, 1976; 2.ª edição, 1978): "Já tenho afirmado que o historiador do futuro, qualquer que seja sua perspectiva de observação e análise, indicará a criação da Funabem como uma das grandes obras da Revolução brasileira. Como Deus ampara as crianças, a implantação da Funabem foi confiada a um gigante chamado Mário Altenfelder. Após dez anos de direção, foi sucedido por Fowler de Melo, que lhe segue os passos com o mesmo brilho" (página 274)."

O jornalista Carlos Alberto Luppi, autor da matéria, responde:

"O Instituto Penal Moniz Sodré será desativado pela atual presidência da Funabem e pelo Juizado de Menores do Rio de Janeiro, porque ficou comprovado oficialmente (o relatório em mãos do ministro é claro demais) que ele é prejudicial aos menores (menores de 18 anos também foram enviados para lá) e aos "jovens adultos". Lamentamos que o sr. Alirio Cavallieri não tenha visto as celas existentes na Funabem, descobertas agora. Nestas celas, menores foram torturados e reprimidos violentamente. Se o sr. Cavallieri não acredita, elas ainda estão lá para serem conhecidas. O termo "Penal" é oficial, não resta dúvida. Quanto à sua opinião sobre administrações anteriores da Funabem, é a sua opinião. Cada um tem sua própria consciência e deve segui-la".

Febem atribui mudança a juiz

CECILIA PIRES

Foi o próprio juiz de Menores da Zona Leste, Wilson Barreira, quem determinou que o menor L.S.D., o "Tuca" de apenas 14 anos, fosse internado no Presídio de Sorocaba, na ala batizada pela Febem de Unidade Experimental de Sorocaba. Esta ala é destinada aos menores infratores com alta periculosidade, que até há pouco tempo eram enviados a Mogi Mirim, hoje desativada.

Isso foi o que alegou o presidente da Febem, Luis Ribeiro Machado, ao responder às acusações do Movimento em Defesa do Menor, segundo as quais a Fundação violou a legislação, prendendo numa casa de correção um menor de idade. Segundo Machado, a sentença do juiz determinando o envio de "Tuca", que estava internado na Unidade de Triagem n.º 3, ao antigo presídio, deveu-se a uma série de estudos e laudos que comprovaram a "periculosidade" do menor suposto autor de vários assaltos e homicídios.

O presidente da Febem ignorou ainda as denúncias do Movimento de que a entidade se recusa a entregar-lhe o menor para cuidados médicos, pois afirma-se que ele teria problemas de saúde, consequência de uma queda sofrida alguns anos atrás, o que lhe causou uma lesão cerebral. No entender de Machado, os integrantes do Movimento, se quiserem responsabilizar-se por "Tuca", como qualquer interessado, devem dirigir-se ao juiz de Menores. Afirmou também que se o menor precisar de tratamento médico, "a própria Febem se encarregará de ministrá-lo".

"ADAPTADO"

Indagado sobre as condições emocionais de "Tuca", que estaria disposto a qualquer coisa para não permanecer internado no presídio de Sorocaba, inclusive tentar o suicídio, como ele próprio teria confessado a

funcionários, Machado alegou que havia conversado com o diretor da Unidade, Etienne Xavier, e que este havia garantido que "o menor vai muito bem, e já está adaptado à nova unidade".

Reafirmou, ainda, que se o menor tiver necessidade de tratamento psiquiátrico, se for constatada alguma psicopatia grave, ele será transferido para um hospital psiquiátrico, com o qual a Febem tem convênio.

"Tuca" segundo informações do próprio presidente da Febem, confessou assaltos e homicídios depois de ter sido preso pela polícia e respondido a inquérito policial, apesar de ser menor de idade. Posteriormente, o resultado desse inquérito foi remetido ao Juizado de Menores, a partir do qual foi emitida a sentença.

TORTURAS

Sobre as denúncias torturas e violência sofridas pelas menores E.S. e S.A.S., na unidade de Vila Maria, Machado afirmou que o fato foi comunicado à polícia e paralelamente, a Febem abriu sindicância para apurar o ocorrido, mas não há ainda "nenhuma conclusão a respeito".

A possibilidade de Humberto Marini Neto ter participado de espancamento, segundo o presidente da Febem, também está sendo averiguada, "e se ele tiver realmente participado do fato sofrerá as consequências legais. Adiantou, também, que em breve Marini deverá ocupar um cargo administrativo e não mais a direção de unidades.

Machado também negou qualquer envolvimento de Antonio Augusto Marques, funcionário da unidade Modelo, em corrupção, segundo denúncias feitas na época em que ele era diretor da Unidade de Mogi Mirim, alegando que a Febem realizou "ampla investigação e nada se apurou".

Não queriam "Tuca"

CARLOS ALBERTO LUPPI

O menor "Tuca" de 14 anos de idade foi transferido da UT-3 da Febem para o presídio de Sorocaba "simplesmente porque os inspetores da Febem lotados na UT-3 queriam se livrar dele o mais depressa possível". Esta informação foi dada por um componente da equipe técnica da UT-3, ontem, à "Folha". Enquanto isto o Movimento em Defesa do Menor através de sua presidente Lia Junqueira informava que "a prisão de Tuca em Sorocaba é ilegal". A entidade vai entrar com habeas corpus para tirar "Tuca" do presídio.

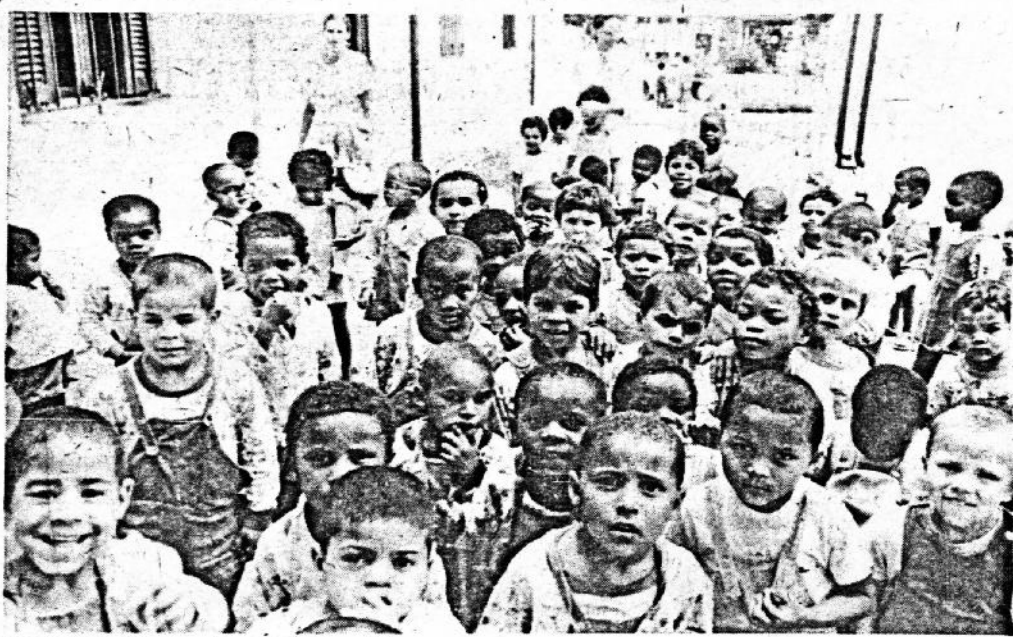
A legislação é clara: o menor de 18 anos é imputável segundo o Código de Menores e o próprio Código Penal e a transferência de "Tuca" para o presídio de Sorocaba "é mais uma arbitrariedade cometida contra o direito do menor", segundo o Movimento. A presidente da entidade acrescentou: "Se foi um juiz que deu a sentença enviando Tuca para Sorocaba, conforme afirma o

presidente da Febem, esta sentença foi emitida em cima de um parecer técnico da Febem. Isto é, a Febem levou o juiz a dar uma sentença que afronta os direitos do menor. O que está claro aqui é que a Febem é que quer se livrar do menino e portanto usa artifícios ilegais para isto. A esperança do Movimento em Defesa do Menor é que o Corregedor de Menores do Estado de São Paulo, Nelson Silveira reassuma logo seu cargo na Capital para evitar tais arbitrariedades.

CONTRADIÇÕES

A detenção de "Tuca" no presídio de Sorocaba repercutiu mal no Juizado de Menores ontem. E o próprio secretário da Promoção Social, Salim Curiati, somente soube dela através da "Folha", afirmando que ia solicitar explicações à direção da Febem. No Juizado há uma expectativa geral quanto ao retorno, previsto para hoje, do Corregedor Nelson Silveira a seu cargo, "pois ele não admitiria jamais esta arbitrariedade", segundo comentários.

13 JAN 1980



Denúncia: os funcionários não sabem lidar com o menor.

Cúpula da Febem está ameaçada de demissão

CARLOS ALBERTO LUPPI

Quase toda a cúpula da Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (Febem) poderá ser substituída nos próximos dias pelo secretário da Promoção Social, Salim Curiati, segundo fontes da Secretaria. O motivo da punição: as ordens expressas (por escrito) para apurar denúncias de corrupção e violência em algumas unidades da Fundação, principalmente na de Moji-Mirim, não estão sendo cumpridas.

Cartas — ofícios entre o secretário e o presidente da Febem, Antonio Luiz Ribeiro Machado, têm sido trocadas a respeito do assunto desde o início de dezembro, quando Curiati recebeu informações a respeito das irregularidades existentes na Unidade de Moji-Mirim, dirigida pelo funcionário Antonio Augusto Marques e também sobre o péssimo tratamento dado naquela entidade aos menores internos, com vários casos de torturas contra os meninos, alguns dos quais literalmente ensanguentados, depois das agressões e violências.

"ESTRANHA PROTEÇÃO"

Desde o início, o secretário da Promoção Social, através do ofício número GS 3103/79, datado de 11 de dezembro de 1979, exigiu da presidência da Febem "especial atenção" as acusações contra a Unidade de Moji-Mirim, recebidas por ele, solicitando "providências urgentes e cabíveis". Mas até o último dia oito — quase um mês depois — apenas uma pessoa havia sido ouvida na sindicância. Esse fato irritou profundamente Salim Curiati que considerou essa falha como "descaso e descumprimento de ordens expressas". Além disso, segundo fontes da Secretaria da Promoção Social, Curiati considerou o fato como indicativo de que a direção da unidade de Moji-Mirim desfrutava de uma "estranha proteção dentro da cúpula da Febem". Por este motivo, estaria decidido a substituir a direção da entidade, que nos últimos meses vem enfrentando sérias crises, pelas frequentes denúncias de violência contra menores, aliadas ao despreparo de grande parte de seu pessoal.

No último dia oito, ao tomar conhecimento de que a sindicância exigida por ele não havia praticamente saído do papel, Salim Curiati, através do ofício número GS066/80, enviado ao presidente da Febem, solicitou "os resultados das providências adotadas com relação ao ofício número GS 3103/79, de 11 de dezembro de 1979, acompanhado de cópia de acusações". Neste ofício, o secretário dizia "esperar contar com pronta informação por parte de Vossa Senhoria".

SECO E FORMAL

Ontem, fontes da Secretaria da Promoção Social disseram que Curiati, chegou a mandar um assessor falar com Antônio Ribeiro Machado, dando-lhe um prazo de 72 horas para apresentar os resultados da sindicância. O aviso foi "seco e formal", segundo a mesma fonte, que acrescentou:

"A Promoção Social não pode se comprometer com as falhas existentes dentro da Febem. O secretário está informado dos problemas da Moji-Mirim e quer providências imediatas, urgentes tanto para o afastamento dos corruptos como para sanear a Unidade daquela cidade, em situação péssima".

Uma outra fonte acrescentou que "a situação vergonhosa da unidade de Moji-Mirim tem sido motivo de violentas críticas".

Dentro da Febem, ontem, tentou-se explicar que a sindicância não foi feita "por causa das festas de fim de ano". Esta desculpa foi descartada por Salim Curiati, que alegou sentir-se "envergonhado com esta explicação". A mesma fonte da Secretaria da Promoção adiantou: "Deveremos ter novidades nos próximos dias. Aguarde."

PISCINA EXCLUSIVA

As irregularidades na unidade da Febem em Moji-Mirim, atualmente com 180 menores internos, chegaram a tal ponto que, de acordo com denúncias, até a piscina da unidade — que seria para uso dos menores em seus momentos de lazer — foi transformada em local de uso exclusivo dos membros da família do diretor da casa, Antônio Augusto Marques e seus amigos da região. À beira da piscina, nas manhãs de sol, reúnem-se seus filhos, os amigos de seus filhos, ele, seus amigos, sua mulher e as amigas de sua mulher. Enquanto os menores são mantidos à distância por funcionários e a beira da piscina, são feitas, rodadas de "caipirinha" e "uisque" que circulam entre Antônio Augusto e seus convidados.

Fora isso, apura-se também desvio de material da Febem por vários funcionários, inclusive mantimentos, promoções suspeitas de elementos sem formação alguma a cargos superiores, abuso na prestação de horas extras, falsificação de notas fiscais com os preços dos produtos comprados ao comércio local majorados, compra de gasolina em nome da Febem para uso pessoal e assim por diante. Além da corrupção, a mais grave acusação à unidade de Moji-Mirim é a de que menores são espancados e torturados, colocados em celas solitárias cheias de ratos, alimentando-se de restos de comida ali jogados.

Entre os funcionários acusados estão: Antônio Augusto Marques (diretor), Ede



Salim Curiati, o secretário.

Aparecida Bionda (pedagoga), Miguel Bonifácio Malvezzi (encarregado do setor), Carlos Ataíde (encarregado de setor) José Luiz Ribeiro, Odair Raimundo e Joaquim Brandão.

ESTOQUE DE CIGARRO

As denúncias chegadas ao Secretário da Promoção Social e à direção da Febem referem-se ainda ao fato de que recentemente o vigilante Inácio, de Moji-Mirim, foi demitido sumariamente de sua função, por querer revistar o caminhão do irmão do diretor da casa que frequentemente, entrava e saía da unidade carregado de mantimentos destinados pela Fundação aos menores ali internados.

As denúncias referem-se ainda a maços de cigarros enviados pela Fundação para os menores de Moji-Mirim (um maço de Arizona para cada menor fumante por dia) são desviados pelos funcionários para consumo próprio e venda fora da unidade, sendo apenas parte de mercadoria entregue aos menores.

E mais: que diariamente, por causa do desvio de material e mantimentos na unidade — o que ocorre sempre no trajeto entre o almoxarifado e a cozinha da casa — cerca de 50 menores ficam sem receber a comida. A estes menores é servida então uma pequena refeição, composta de arroz, feijão e um ovo frito. A lista não pára aí: recentemente, para favorecer um frigorífico pertencente a amigos do diretor da unidade, chegou-se a jogar fora 70 quilos de carne destinados aos menores sob a alegação de que o produto estava estragado. Com esta desculpa, a Fundação acabou desfazendo um contrato de fornecimento de carne com um frigorífico de São Paulo que havia ganhado a concorrência pública, em benefício de um outro, da cidade de Tapira. Esta carne chegou a ser enterrada fora da unidade, em buracos cavados durante a madrugada. Sobre ela jogou-se terra, enquanto centenas de menores permaneceram vários dias sem comer carne.

As denúncias responsabilizam ainda vários funcionários de Moji-Mirim pela aquisição em nome da Febem de mercadorias no comércio local com notas falsificadas e adulteradas e, principalmente, majoradas. Exemplos: uma chave de fenda com preço normal de 80 cruzeiros, é adquirida no comércio local pelo dobro da oferta. E a nota é extraída em nome da Febem. A mesma coisa acontece com a gasolina utilizada por vários funcionários e pela direção da casa, em seus veículos particulares e de seus amigos. As notas são dadas para a Febem, mas quem usa o produto são seus funcionários. Acontece frequentemente de encherem os tanques das peruas com final de placa 030 e 860. Dentro da unidade, a gasolina dos carros da Febem é transferida para veículos particulares.

RATOS E DROGAS

Outra acusação séria fala das drogas que entram para o interior da unidade e são consumidas abertamente. Recentemente, o menor E.S. (o "Alemaozinho") acabou brigando dentro da casa com o menor V., com o primeiro acusando o segundo de ter sido aliciado pela direção técnica da Febem para "dedurar" os demais meninos. A briga foi estimulada pelos funcionários Carlos Ataíde e José Luiz Ribeiro que, em seguida, passaram a espancar e torturar com ponta de cigarros e chutes os dois menores, deixando-os ensanguentados. Mesmo nesse estado, os dois foram colocados em solitárias existentes atrás da alfaiataria da unidade repleta de ratos, e sem qualquer higiene.

Dias depois, dizem, os mesmos inspetores surpreenderam dois menores — J.S. e M.S. (o "Aranha") fumando maconha. Ambos foram espancados com chutes na cabeça, ficando também ensanguentados. As denúncias dão conta ainda de que os espancadores Carlos Ataíde, José Luiz Ribeiro e Odair Raimundo — amigos do diretor da casa — acabaram premiados, sendo promovidos ao cargo de "encarregado de setor". Outro funcionário — Miguel Malvezzi — também acusado de corrupção — não tem sequer o primeiro grau escolar, mas mesmo assim foi promovido a encarregado do setor de Compras e Transportes. Outro funcionário — chamado Izonel — foi promovido de vigilante a electricista, sem ter a menor especialidade na área, enquanto o electricista oficial da casa — Macedo — foi encostado e substituído, por não concordar com o diretor.

Como evitar os traumas?

(Os conselhos da psicóloga)

Andar, sempre que possível, em grupo

- Não ficar parado na rua
- Não andar a esmo, principalmente sozinho e em ruas desertas

- Nunca carregar objetos de muito valor
Esses são alguns dos conselhos que a psicóloga Vivian Schindler, da escola Colméia, faz às crianças para evitar serem assaltadas ao saírem das escolas.

Em caso de assalto, aconselha:

- Não reagir
- Não gritar
- Manter a calma, sempre
- Procurar dialogar com os assaltantes

E mais: que os alunos sejam dispensados de uma vez só das escolas.

Vivian teme que a paranóia de violência e dos assaltos desabe sobre a cabeça das indefesas crianças, formando assim uma geração de menores traumatizados. Para ela, as escolas deveriam conscientizar as crianças sobre a violência e os assaltos - sem fantasiar, colocando-as diante da realidade, a exemplo do que é feito em caso de incêndio. Para evitar que a criança fique traumatizada, ao ser vítima de violência, Vivian diz que os pais devem deixá-la contar todo o lance do ataque, como um meio de desabafo, extravasando o medo. E depois conversar bastante, dando-lhe tranquilidade.

Por outro lado, ela atenta para outro perigo: a superestimação dos objetos mais do que a vida. Segundo ela, na nossa sociedade, dá-se mais valor aos objetos do que a vida em si. Ensina-se a defender com unhas e dentes os patrimônios materiais. A criança, criada nesse ambiente, ao ser assaltada pode querer lutar para não entregar, por exemplo, um relógio ganho no aniversário, com medo de ser repreendido pelos pais. Fica mais chocada com a perda do valor do que com o assalto em si.

JUDÔ

Com o recrudescimento da violência, cada vez mais os pais colocam os filhos nas escolas de judô e outras de defesa pessoal. Entretanto, o que poderia ser um ponto positivo, pode transformar-se num perigo mortal, segundo o professor de Educação Física, Egberto Cavariani: autoconfiante, achando que pode vencer o adversário, geralmente esses meninos reagem ao serem atacados - atitude que poderá resultar até em morte.

Uma sugestão do Juiz de Menores: aumentar a ajuda à Febem.

Mais de 30 mil processos envolvendo menores infratores, abandonados e carentes tramitam pelas cinco Varas de Menores da Capital. Desses, 8.815 deram entrada entre janeiro e outubro do ano passado, quando foram julgados 2.303 processos de delinquência juvenil.

Segundo Nilton Silveira, juiz de Menores da Capital, o Juizado só registra casos de delinquência em relação ao menor autor da violência e não quanto à vítima, admitindo, porém, que têm sido frequentes as queixas de agressão a menores.

O juiz informa que, no caso de uma criança sofrer alguma espécie de violência praticada por outro menor, seus responsáveis devem procurar uma delegacia e pedir que seja instaurado um "auto de investigação de ato anti-social". Detido o culpado, o Juizado determinará as medidas a serem tomadas contra o delinquente - que pode ser a entrega aos pais em liberdade assistida, a internação em instituto de recuperação ou, sendo comprovada sua periculosidade, a internação nas seções especiais de casas de reclusão.

RECUPERAÇÃO

A Febem - Fundação do Bem-Estar do Menor - conta hoje com uma população de 45 mil menores carentes, abandonados e infratores, distribuídos na Capital e no interior de São Paulo, com idade entre 0 e 18 anos. Em São Paulo, ela abriga 800 infratores.

Entretanto, a principal função da Febem, que seria a recuperação e ressocialização desses menores, dificilmente poderá ser cumprida. Por três motivos: não há pessoal preparado; as dependências onde eles estão abrigados não são adequadas; e existe uma crônica falta de verbas, segundo Nilton Silveira.

Na sua opinião, o projeto de lei que pretende baixar a responsabilidade penal para 16 anos, não solucionaria o problema. Apenas iria transferi-lo para o caótico sistema penitenciário, que não consegue nem resolver suas próprias dificuldades - há em todo o Estado de São Paulo quase 60 mil mandados de prisão não-cumpridos.

— Se decreto resolvesse, já teríamos acabado com a inflação, com a seca do Nordeste, a fome e a situação dos menores abandonados, ironiza Nilton Silveira. Segundo ele, o Governo deveria dar mais verbas aos órgãos de recuperação do menor - no caso a Febem - para que ela pudesse desenvolver um trabalho mais amplo.



Só na Grande São Paulo, 2 milhões de menores carentes. Um problema insolúvel?

16 JAN 1980

Em 35 dias, a Febem só ouviu uma pessoa

CARLOS ALBERTO LUPPI

A sindicância existente na Febem para apurar as denúncias de maus tratos e torturas contra menores e corrupção administrativa na unidade de Moji-Mirim, ao contrário do que disse ontem o presidente da entidade, Antônio Ribeiro Machado, não está em fase final. Em mais de 35 dias, a comissão de sindicância ouviu apenas uma pessoa, desinteressando-se em apurar devidamente as denúncias.

Ontem, o secretário da Promoção, Salim Curiati, exigiu novamente da direção da Febem resultados práticos. Tentou-se às pressas ouvir o diretor da unidade de Moji-Mirim, Antônio Augusto Marques, que está em Ribeirão Preto, mas nenhuma outra pessoa foi ainda chamada a depor, embora existam várias delas dispostas a revelar "tudo o que se tem passado nos últimos anos em Moji-Mirim".

"A situação da unidade é péssima" — revelaram fontes da Secretaria da Promoção Social, acrescentando que "de fato, as relações entre Curiati e a cúpula da Febem estão muito ruins".

Ontem, o presidente da Febem comprometeu-se com o secretário a concluir a sindicância nos próximos 15 dias, revelando que aguarda o resultado do inquérito existente em Moji-Mirim contra o professor João Luiz de Moura Giraldi, demitido da Fundação sob a acusação de "tráfico entorpecentes". As denúncias do professor motivaram a sindicância atual que a cúpula da Febem se recusa a investigar seriamente.

Acontece que — e isto o secretário Salim Curiati, já sabe também — o professor Giraldi foi demitido da Fundação injustamente, "por saber demais contra a atual diretoria da unidade de Moji-Mirim". Dizer que ele traficava entorpecentes em Moji-Mirim não passa de uma inverdade para encobrir a corrupção existente na unidade da Febem.

PROVA FRACA

Desde o início o episódio da demissão do professor Giraldi está errado. A Febem alegou que Antônio Carlos Costa, de 18 anos e em regime de semi-internato em Moji, havia confidenciado ao motorista da Fundação, Vicente de Paula Silva, que o professor era traficante de entorpecentes.

Baseada nisso, a Febem demitiu o professor e um inquérito foi aberto na Delegacia de Moji-Mirim. Mas, Antônio Carlos Costa, ao saber do ocorrido, foi a um cartório em Moji-Mirim e desmentiu tudo. No cartório, Antônio, residente em Moji, à rua Ariovaldo Silveira Franco, portador da carteira profissional n.º 0024674, série 0013, perante duas testemunhas, disse o seguinte: "Nunca falei ao sr. Vicente de Paula Silva, motorista da Febem de Moji Mirim, que o professor João Luiz de Moura Giraldi teria facilitado fuga de menores, dando-lhes dinheiro, bem como teria introduzido tóxico na Unidade. O professor João Luiz Giraldi sempre me deu bons conselhos dizendo que não deveria fugir da unidade, que eu poderia me recuperar arranjando um bom emprego. É do meu conhecimento que o professor João Luiz intercedia junto aos inspetores de alunos para não baterem nos menores".

Essa declaração invalida a demissão por justa causa do professor João Luiz Giraldi e também as alegações da presidência da Febem para jus-

tificar a demora na apuração das denúncias de corrupção e a violência contra os menores.

EM SOLITÁRIAS

Uma prova de que a violência em Moji-Mirim existe em larga escala: seis menores estão detidos ilegalmente em celas solitárias na unidade. Esses menores haviam, na semana passada, participado de uma fuga da unidade por não aguentarem mais os maus tratos. Fugiram em um trem de carga para Minas Gerais, mas quase morreram intoxicados no trajeto porque no vagão havia fertilizantes. Apreendidos pela polícia, foram reconduzidos à unidade e, nos últimos dias, espancados e torturados.

Alguns estão nas celas solitárias existentes atrás da alfaiataria e se encontram em estado "deplorável", segundo informações de Moji-Mirim. Foram chutados no rosto e estão sendo submetidos a pão e água nas solitárias, com a promessa de serem libertados "somente após o carnaval" em represália à fuga que lideraram. Entre outros, estão nas solitárias os menores apelidados de "Vanazi" e "Santa Rosa".

PROTESTO

Ontem, o Movimento em Defesa do Menor de São Paulo protestou contra o fato solicitando das autoridades que "tomem posição diante do quadro catastrófico de violências contra menores no Estado de São Paulo dentro de unidades oficiais".

— Não é mais possível o atual estado de coisas — disse a presidente do Movimento, Lia Junqueira, enfatizando que "o mais terrível é que esta violência é comandada por pessoas que estão em cargos públicos pagos com o dinheiro da população paulista". O Movimento encaminha hoje uma representação ao Juizado de Menores para investigar rigorosamente o quadro de violências em Moji-Mirim e outras unidades da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor.

Os denunciantes pedem garantias

Os funcionários e ex-funcionários da Central de Triagem e Encaminhamento (Cetren), que denunciaram, pela "Folha", a ocorrência de maus tratos e assassinatos de carentes no órgão, informaram ontem que estão dispostos a revelar tudo o que se passa na casa à comissão de inquérito formada pelas Secretarias da Promoção Social e da Segurança Pública. Eles impõem, entretanto, uma condição: "Que o secretário da Promoção Social, Salim Curiati, se comprometa, por escrito e publicamente, a evitar que soframos represálias e que sejamos demitidos de nossos empregos".

Eles justificaram a exigência alegando que "normalmente as autoridades não oferecem qualquer segurança e garantia a pessoas que denunciam as mazelas existentes no serviço público. E de tal forma isso acontece que quase sempre quem denuncia é afastado do emprego, em vez de serem afastados os corruptos e torturadores".

Um dos denunciantes revelou que "já ligo para minha casa fazendo ameaças". E acrescentou: "Não tenho medo delas. Mas quero uma garantia pública do secretário e por escrito de que não seremos demitidos". Se isso não acontecer, os denunciantes não deporão nas comissões de inquérito.

BRASIL TEM 27 MILHÕES DE MENORES CARENTES

Esta série inclui trabalhos dos seguintes repórteres: Alexandre Garcia, Antônio Carlos Mendes, Antenor Baido, Ramão Gomes Portão e Maria Tereza Pagliaro.

"Existem atualmente no Brasil cerca de 27 milhões de menores carentes, cuja condição de marginalidade sócio-econômica pode levar à criminalidade. E para que isso não ocorra cabe ao Estado atender a essa população desprivilegiada através de um trabalho preventivo que humanize a periferia dos grandes centros urbanos, principalmente construindo creches que garantam a alimentação, saúde e educação das crianças em seus primeiros anos de vida. Em São Paulo, por exemplo, mais de 700 mil menores vivem nessa condição marginal, morando geralmente em favelas, onde desde cedo tomam contato com a violên-

cia e a criminalidade. E isso contribui para que parte desse total se transforme em futuros bandidos e assaltantes. Só na Capital, temos nove mil menores que já cometeram algum tipo de ato anti-social."

Essas afirmações foram feitas pelo promotor Antônio Luis Ribeiro Machado, presidente da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor — Febem, que explicou ainda que, "atualmente, a Febem não tem condições de reeducar totalmente o menor infrator".

EDUCAÇÃO DO MENOR INFRATOR

"Para cuidar de menores infratores — disse ele — a Febem conta com uma

unidade de recepção, duas de triagem e cinco unidades educacionais. Precisariamos ampliar esse número, para que em cada unidade específica — nas quais distribuíamos os menores infratores em função de seu grau de periculosidade — o menor tivesse um atendimento adequado."

Segundo o presidente da Febem, a entidade cuida hoje de 1.227 menores infratores, dos quais 830 do sexo masculino e 397 do sexo feminino. As meninas estão distribuídas em uma unidade de recepção e triagem e uma de educação; os meninos, em uma de recepção, uma de triagem e quatro unidades educacionais (os de maior índice de periculosidade, com idades entre 14 e 18 anos, que cometeram infrações mais graves, como latrocínios, homicídios, estupros ou tráfico de entorpecentes, são encaminhados às unidades

de Mogi-Mirim ou Ribeirão Preto).

PROCEDIMENTOS

Antônio Luis Ribeiro Machado explica que quando a Polícia prende um menor que tenha cometido algum tipo de infração este é enviado a uma das unidades de recepção. Lá, passa por um setor de identificação e por um setor de entrevistas, onde é assistido por uma equipe de assistentes sociais e psicólogos.

O menor permanece na unidade de triagem por dez dias, no máximo, enquanto aguarda a decisão do juiz de Menores que estuda seu caso; se sua infração não for considerada muito grave, é devolvido à família ou responsáveis. Mas se praticou ato grave é enviado a uma unidade de triagem, onde permanece por 90 dias, para que uma equipe intersetorial (formada por assistentes sociais, pedagogos,

psicólogos e psiquiatras) avalie suas condições psicológicas e elabore um laudo.

Segundo o presidente da Febem, este laudo é enviado ao juiz de Menores, contribuindo para sua decisão. O infrator pode então ser devolvido à família ou enviado a uma das quatro unidades educacionais da Fundação, em função de seu grau de periculosidade.

Nessas unidades o menor é constantemente submetido a exames psicológicos (a cada três ou seis meses), cujos laudos, se favoráveis, podem contribuir para sua libertação. Enquanto isso, recebe uma assistência pedagógica que visa reintegrá-lo na sociedade.

O promotor Antônio Luis Ribeiro Machado esclareceu também que a grande maioria dos menores infratores é portadora de algum tipo de psicopatia e, por isso, nas unidades educa-

cionais são desenvolvidas atividades de terapia ocupacional e profissionalizante.

PERICULOSIDADE

"Um dos maiores problemas da Febem — continuou o presidente da entidade — é aplicar a terapêutica adequada a cada indivíduo, em função de sua origem sócio-econômica e de seu grau de periculosidade. Como temos poucas unidades educacionais, que já se encontram com superlotação, torna-se difícil a seleção dos menores infratores, o que dificulta o trabalho de reeducação."

O promotor explica que, para efeito de seleção, segundo uma escala psicológica, existem quatro graus de periculosidade dos menores: sem periculosidade (somente com problemas de conduta anti-social; periculosidade leve; periculosidade média e alta periculosidade (casos de homicídio, latrocínio, es-

tupro, e tráfico de drogas, dentre outros).

"A Febem não conta com estabelecimentos adequados para o atendimento individualizado do menor — ressaltou o promotor Ribeiro Machado — e, se o infrator não receber o tratamento adequado, muito provavelmente voltará à prática criminosa quando libertado. Prova disso é que aproximadamente 40% dos menores infratores que passaram pela Febem reincidiram em crimes."

Falando sobre o crescimento da delinquência juvenil no País, principalmente nos grandes centros urbanos como São Paulo, o presidente da Febem ressaltou que "a marginalidade voltada para o crime, no caso dos menores, dá-se através de organizações em quadrilhas e grupos, geralmente comandados por adultos que aliciavam os jovens.

E estes adultos, também marginais, utilizam menores para formar tropas de choque a seu serviço, assim, quando um jovem sai da Febem e continua frequentando locais onde atuam esses marginais mais experientes, existe uma grande possibilidade de reincidência no crime. Para evitar isso a Febem conta com um departamento de colocações de menores em empregos. Muitas vezes, porém, a população não colabora, recusando-se a aceitar como empregado alguém que já tenha passagens na polícia por infrações cometidas."

Finalizando, o presidente da Febem disse que o Governo Federal deveria empregar mais recursos num trabalho preventivo em favor do menor, garantindo sua educação e profissionalização, para que este não se transforme num futuro criminoso.

"Trombadinhas": Polícia aciona equipe especial

"Nosso objetivo principal é, a médio prazo, arrebentar as quadrilhas e organizações de base de "trombadinhas" e "trombadões" que atuam frequentemente nas regiões centrais da cidade e em bairros comerciais. E para coibir a ação desses marginais, que assaltam e roubam pedestres em plena luz do dia, não adianta apenas um policiamento preventivo: é necessária a repressão direta às infrações, através de homens especialmente treinados para tal missão e que, agindo com rapidez e eficácia, efetuem a prisão dos ladrões em flagrante, para que a Justiça possa condená-los com provas concretas e enviá-los a seus devidos lugares, que são as prisões."

A afirmação é do delegado Mitsuyuki Taniguchi, chefe de operações da Equipe Especial de Repressão a "Trombadinhas" e "Trombadões", do Degran, o único grupo de policiais especialmente treinados para combater tal tipo de crime, que geralmente ocorre nas ruas centrais da cidade.

O objetivo dessa equipe criada em outubro do ano passado, é desmantelar sis-

tematicamente as dezenas de quadrilhas de "trombadinhas" e "trombadões" existentes em São Paulo, contando para isso com apenas 21 policiais, com idades entre 20 e 30 anos, que foram treinados durante vários meses na Academia de Polícia, recebendo aulas de judô, karatê, sumô e demais lutas corporais além de aperfeiçoamento em tiro, corrida e estudo do "modus operandi" dos "trombadinhas" e "trombadões".

POLICIAIS E INFORMANTES

"Além dos 21 homens especialmente treinados — explicou o delegado Mitsuyuki Taniguchi —, número este que deverá ser aumentado em breve, contamos também com informantes que se misturam às quadrilhas e grupos de assaltantes; após levantar dados como os esconderijos, pessoas envolvidas e locais de ação dos marginais, esses agentes nos enviam relatórios detalhados que permitem uma planificação de ações repressivas consecutivas que levem à prisão em flagrante dos ladrões."

Segundo ele, não chega a 500 o número de assaltantes organizados em quadrilhas

que atuam no Centro da cidade. "Mas, agindo com rapidez — disse o delegado —, esses grupos efetuam dezenas de assaltos em poucas horas, causando a impressão de que são em número muito maior."

"Nosso método de trabalho — continuou Taniguchi — é o seguinte: de início, com o auxílio dos informantes, traçamos mapas das regiões em que cada quadrilha assalta; depois, os homens da equipe especial, divididos em grupos de sete, se postam em pontos de observação de onde podem ser vistos apenas pelos demais policiais. Quando os observadores percebem que uma quadrilha de "trombadinhas" vai agir, dão um sinal com as mãos à equipe de combate que, com rapidez, procura prender o assaltante no instante em que este pratica o ato delituoso, concretizando-se o flagrante."

Ele explica que os assaltantes geralmente atacam pessoas gordas e de idade avançada, que tenham dificuldade de se defender ou correr atrás do que pratica o roubo. Assim, seja utilizado um estilete, um canivete, um revólver ou apenas dando uma "trombada" na vítima,

o marginal, após praticar o assalto, desaparece rapidamente entre os automóveis ou pedestres, tornando difícil a sua posterior identificação.

LOCAIS MOVIMENTADOS

O delegado ressaltou que os "trombadões" agem, em geral, em locais de intensa movimentação; a característica especial desse tipo de roubo é a rapidez de ação aliada à passagem do objeto ou dinheiro a um companheiro que fica na cobertura. Como tais delinquentes atuam em quadrilhas, além do assaltante propriamente dito, que ataca a vítima, e do homem de cobertura, existem ainda elementos de segurança, que muitas vezes fingem ajudar a vítima na perseguição do agressor somente para confundir a polícia.

"Existem também trombadões — continuou — que agem na calada da noite, abordando as vítimas com o auxílio de veículos, geralmente roubados. Como este tipo de assalto ocorre em horários de pouca movimentação, a discricção não é mais necessária e o delinquente utiliza revólver ou faca, muitas vezes ferindo a vítima. Enfim, cada tipo de as-

salto ou trombada tem a sua característica própria."

Mitsuyuki Taniguchi afirmou também que a fuga é um elemento fundamental nos assaltos, principalmente os realizados durante o dia e em locais de movimento intenso. "A fuga é sempre pre-determinada — continuou — e em locais de bastante conhecimento dos marginais; muros, prédios, garagens e outros locais contribuem para que o bandido de repente desapareça, impedindo sua prisão".

COLABORAÇÕES

Segundo o delegado, as quadrilhas contam com a colaboração de prostitutas e travestis (principalmente no Centro da cidade) que, por sofrerem constantes ameaças, auxiliam os delinquentes, acobertando-os em prédios, hotéis pequenos e até apartamentos. Além disso, contam com o auxílio de mentores e outras pessoas que, mesmo não ligadas diretamente ao crime, ajudam os infratores em troca de favores. Estas pessoas, entre elas alguns comerciantes, atuam em serviços de retaguarda, arre-

gimentando novos integrantes para os grupos.

"Por outro lado — disse o delegado —, contamos com o apoio da grande maioria dos comerciantes e dos proprietários de alguns hotéis no Centro da cidade que colaboram com a Polícia, permitindo que instalemos nessas locais postos de "campana", de onde podemos acompanhar a ação dos grupos e avisar as equipes de combate da Polícia. É importante ressaltar que a população não deve temer a ação dos grupos de combate da Polícia, pois seus integrantes são devidamente treinados para prender o assaltante em flagrante sem o uso de armas; e, em último caso, quando são obrigados a efetuar disparos, jogam-se ao chão, atirando de baixo para cima para que nenhum transeunte seja atingido."

Outra preocupação da Equipe Especial de Repressão a "Trombadinhas" e "Trombadões" é localizar devidamente as vítimas de assaltos e eventuais testemunhas, para que o flagrante se concretize com provas. E muitas pessoas não contribuem com a Polícia, recusando-

se a testemunhar, impedindo, muitas vezes, que o marginal seja condenado.

MULHERES

ASSALTANTES

O delegado Mitsuyuki Taniguchi disse ainda que inúmeras mulheres e meninas menores, de até 15 anos, atuam nessas quadrilhas, sendo aliciadas pelos marginais para servir-lhes de instrumento de segurança, principalmente dando cobertura, avisando da aproximação de policiais. Em alguns casos, as próprias mulheres efetuam os assaltos, pois são menos visadas que os homens.

APOIO DA POPULAÇÃO

Ele afirmou também que a própria população, muitas vezes, contribui para a ocorrência de assaltos, dando ostensivamente com dinheiro ou objetos valiosos, atraindo a ação de "trombadinhas" e "trombadões". Ele recomenda que as pessoas não andem com grandes quantias de dinheiro no bolso ou em valises, para evitar assaltos.

Explicou ainda que indivíduos incautos que possuem porte de arma e que deixam

revólveres em porta-luvas de automóveis ou sob os bancos dos veículos acabam contribuindo com os assaltantes, pois estes, ao roubarem um carro, levam com ele mais um instrumento que poderá ser utilizado em suas operações.

Finalizando, o delegado Mitsuyuki Taniguchi disse que em grandes centros urbanos como São Paulo, onde existe um grande número de marginais, a população deve auxiliar a Polícia, principalmente testemunhando sem medo, no caso de presenciar um assalto.

"Com o apoio da população, e agindo consecutivamente no desbaratamento das quadrilhas de assaltantes que atuam no Centro, poderemos, em breve, diminuir o número de roubos em São Paulo. E somente com a prisão em flagrante desses marginais é que teremos condições de eliminar sua atuação, pois com provas concretas eles serão enviados às prisões, não incomodando durante longo tempo os pedestres e transeuntes que diariamente circulam na cidade e que atualmente vivem em constante temor de assaltos."

Plano na Febem: fim do pecado.

Todos os pecadores que existirem dentro da Fundação Estadual do Bem Estar do Menor e dentro do Centro de Triagem e Encaminhamento de Migrantes que se cuidem. O secretário da Promoção Social, Antonio Salim Curiati, promete que eles serão punidos e que irão pagar pelos seus erros, com uma suspensão ou com uma demissão. E pecadores, para ele, são todos aqueles funcionários que já cometeram, estão cometendo ou pretendem cometer alguma irregularidade dentro daqueles órgãos subordinados à sua Secretaria. Isso, apesar de achar que esses mesmos funcionários merecem "até uma homenagem, pois são poucos e trabalham bastante em benefício da comunidade".

Com muita tranquilidade (o secretário iniciou a entrevista explicando quais são os males causados pelo fumo), Curiati falou, ontem à tarde, sobre as denúncias que apontam problemas tanto no Cetrem como na Febem. De acordo com as denúncias, em algumas unidades educacionais da Fundação Estadual do Bem Estar do Menor, principalmente na UE-9, de Mogi-Mirim, além do péssimo tratamento dado aos menores, estaria ocorrendo desvio de materiais e outras irregularidades. Na Cetrem, apontam-se problemas semelhantes, agravados pela morte de um velho lavrador a socos e pontapés.

A primeira reação de Salim Curiati foi a de desmentir que a cúpula da Febem será demitida. Na sua opinião, o atual presidente do órgão, Antonio Luiz Ribeiro Machado, "é merecedor de toda atenção e carinho, pois é um promotor público e está desenvolvendo um trabalho maravilhoso na Febem. Da minha boca não saiu nada, até agora, sobre demissões". Em seguida, afirmou que todas as denúncias serão apuradas:

— Toda denúncia, aviso, pode ser real até prova em contrário. Por isso, tomarei medidas para apurar os fatos e os pecadores pagarão. Os que espancaram, menores serão demitidos, se a lei permitir. Para esclarecer as denúncias que envolvem maus tratos, violência ou morte de pessoas, enviarei um ofício à Secretaria de Segurança Pública, para que ajude nesse trabalho. Paralelamente, vou formar uma comissão de investigação processante, que terá como presidente os promotores Carlos Maurício Lencatre e Manoel Antonio Francisquini, para que, no mais curto espaço de tempo, possamos punir os responsáveis.

A respeito da denúncia do assassinato do lavrador que estava nas dependências do Cetrem, por um policial, o secretário da Promoção Social disse que "ela ocorreu há três anos, segundo fui informado. Houve uma morte, o que é comum, porque abrigamos no Centro 200 pessoas por dia. Agora, se ela foi violenta, nós vamos saber.

Para isso, pretendo contar com a ajuda

O secretário Salim Curiati promete acabar com os "pecadores": assim ele chama os funcionários violentos ou desonestos da Febem e do Cetrem.



Na Febem, denúncias de violências. Quando elas vão acabar?

do secretário de Segurança Pública. Adianto que no Centrem já alterei o que tinha que alterar, mudando os diretores na semana passada. O Centro de Triagem e Encaminhamento é um órgão dinâmico, e dentro dessa atualização de trabalho temos que remanejar elementos e nos próximos 15 dias faremos novas modificações.

Salim Curiati não antecipou se essas modificações significariam novas demissões. Apenas falou que outras substituições também iriam ocorrer na Coordenadoria dos Estabelecimentos Sociais do Estado.

— Estou fazendo o levantamento de todos os setores da Secretaria da Promoção Social, há 120 dias. Quero atualizar e reaparelhar sua estrutura e pretendo ter, dentro de seis a oito meses, um novo Centrem, novas unidades. Isso porque não é fácil apurar um fato em uma Secretaria sem estrutura.

Sindicância, mudanças...

— Da mesma forma que o secretário da Promoção Social, também o presidente da Fundação Estadual do Bem Estar do Menor desmentiu as notícias de sua demissão, dizendo que entre ele e Salim Curiati "há uma harmonia total e um perfeito entrosamento, o que também ocorre com a diretoria da Fundação". Esclareceu, depois, de onde surgiram as denúncias de abusos, violências, desvio de mercadorias e tráfico de drogas, dentro da unidade de Mogi-Mirim:

— Em novembro do ano passado, o funcionário João Luiz de Moura Giraldo do setor de profissionalização daquela Unidade, foi afastado. Segundo alegava o diretor da UE-9, ele estava envolvido em tráfico de entorpecentes junto aos menores, não era assíduo ao serviço, porque acumulava a função na Febem junto com o trabalho de funcionário público, e facilitava fuga de menores. Sua demissão foi por justa causa.

Continuou Ribeiro Machado:

— Esse funcionário procurou a presidência, dizendo que estava sendo vítima de perseguição por parte do diretor da Unidade e alegou ter várias denúncias a fazer contra ele. Pedi que ele as redigisse e com base neste documento foi instaurada uma sindicância para apurar os fatos. Também foi autorizada uma auditoria na UE-9 para levantamento do setor administrativo envolvido na denúncia. Vamos apurar o ocorrido com rigor, a fim de desligar qualquer funcionário envolvido nas irregularidades denunciadas.

De acordo com o presidente da Febem, "a denúncia aponta desvio de cigarros, mantimentos, compra de objetos por preços superiores ao valor real e faz referência ao péssimo tratamento dado aos menores, assunto pelo qual temos especial interesse".

— São mais de 10 itens que iremos apurar. Um já foi esclarecido: o que aponta uma compra ilegal de 70 quilos de carne. Existe um processo na Fundação, no qual ficou claro que a carne fornecida pelo frigorífico, em compra normal da Unidade, estava deteriorada e teve seu uso interditado pelos médicos. Foi solicitado ao frigorífico que a substituisse e ele se negou, o que levou a presidência a autorizar, em regime de urgência, a compra de carne de outro lugar para atender a Unidade. A carne deteriorada foi inutilizada, não tendo sido efetuado seu pagamento.

Ribeiro Machado discordou da denúncia de que a piscina da UE-9 não estaria sendo usada pelos menores e sim por familiares e amigos do diretor da Unidade.

— A piscina é usada pelos menores e existe uma autorização para que também seja utilizada pelos funcionários, sem prejudicar os meninos. Mas eu acho que não é muito favorável a frequência àquela piscina por parte de mulheres e crianças, porque ela não fica em uma área muito agradável de lazer. Mas, se há essa frequência, é porque o clima é de paz e confiança e mostra que a qualidade da água da piscina é boa.

Apesar de o secretário Salim Curiati ter dito que a sindicância na UE-9 estaria terminada "em dois dias", o presidente da Febem falou que ela só deverá ficar pronta em 15 dias, "quando esperamos ter em mãos o resultado do inquérito policial no qual o funcionário demitido está envolvido e que visa a apurar as denúncias de tráfico de entorpecentes".

Finalizando, Ribeiro Machado explicou que, quanto às mudanças que poderão ocorrer na Febem, há apenas estudos. Um deles, a nível de Secretaria da Promoção Social, Febem e Governo do Estado, quer reestruturar a Fundação, estabelecendo dois setores distintos: menores infratores e menores carentes e assistidos. Outro propõe a criação de uma Fundação destinada aos menores infratores, ficando a Febem com os carentes e assistidos.

19

Funabem promete ajuda a entidades de menores

O ex-supervisor da Vara de Menores da Capital : Miguel Edio Giampietro, assumiu ontem pela manhã como representante da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), em São Paulo, prometendo dar auxílio técnico e administrativo a entidades que cuidam de menores abandonados. A cerimônia de posse foi realizada na sede do Juizado de Menores, e contou com a presença da presidente da Funabem, Ecléia Guazzelli, do presidente da Febem, Luis Machado, e do juiz de menores Nilton Silveira.

A Funabem, segundo Ecléia, mantém um escritório em São Paulo há cinco anos, mas

nunca a Febem (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor) solicitou ajuda técnica ou financeira. "Só agora a Febem se integra ao bem-estar do menor na busca de uma colaboração técnica-administrativa no aperfeiçoamento dessa política tão difícil na vida nacional", disse o presidente da Funabem.

A presidente disse ainda que está sendo estruturada uma associação de ex-alunos da Funabem e, segundo eles "os menores deveriam sair dos internatos e ter uma família". Ali, continuou Ecléia, os menores são reprimidos e isso contribui para os desvios sexuais, provocando sérios problemas de saúde. A Funabem também mantém um

de Barbara Barrie, Paul Douglas e um

Defendida atuação da Febem

O secretário da Promoção Social, deputado Antônio Salim Curiati, defendeu, durante o Congresso de Municípios, a atuação da Febem, esclarecendo os objetivos da Fundação. "A imagem da Febem — disse — está, na realidade, distorcida. Isso porque todos — desde o mais humilde trabalhador até o mais graduado empresário — pensam que ela só atende o menor com desvio de conduta e mau comportamento. Mas não é essa a sua função, pois o número de menores considerados infratores é reduzidíssimo."

Salim Curiati citou dados para demonstrar sua afirmação: "Nós atendemos aproximadamente de 800 a 900 menores chamados infratores, e esse atendimento é pequeno se comparado com o trabalho desenvolvido com os carentes e abandonados. A Febem atende um programa sócio-terapêutico de

aproximadamente 80 mil menores, o que demonstra que os portadores de desvio de conduta significam apenas 0,1 por cento de nossa atuação. Atendemos, inclusive, aproximadamente 10 mil excepcionais".

Em relação ao trabalho com o menor, a Secretaria da Promoção Social aumentou o número de convênios com entidades, além de ampliar a atuação na Capital e na criação de Conselhos de Atuação Social em todas as cidades do Estado. Esses conselhos, na opinião de Salim Curiati, motivarão a ação comunitária, facilitando as soluções.

CAPITAL

Enquanto o Interior do Estado é bem atendido pelos programas da Secretaria, a Grande São Paulo está precariamente atendida. Ele reconhece isso e afirma: "Temos de ser realistas.

Dos 300 programas alimentares que temos, só oito estão na Capital. Em termos de integração do menor à comunidade (Pli-mec), 95% dos programas são desenvolvidos no Interior".

Para corrigir essa situação, o secretário informou que sua Secretaria foi reformulada. "A Grande São Paulo, que só tinha uma regional para atender uma população igual — ou até maior — que a de todo o Interior, terá várias regionais. Com elas, iremos começar um trabalho efetivo, envolvendo governo e comunidade, para procurar diminuir o drama social".

Quanto aos grupos de atuação social, cada bairro da Capital terá o seu. "A solução dos problemas sociais não depende apenas do governo. É preciso que toda a comunidade participe ativamente, pois só com ela é que chegaremos a um bom trabalho", concluiu o secretário.

Terror Contra Menores

PAULO SÉRGIO PINHEIRO

Quando mais não fosse, cada vez que nasce uma criança há uma possibilidade de remissão. Cada criança é um novo ser, um profeta em potencial, um novo príncipe espiritual, uma nova centelha de luz precipitada na escuridão externa, diz o psiquiatra Ronald Laing, num de seus textos mais inspirados. E pergunta-se: quem somos nós para decidir que não existe nenhuma esperança?

Essa pergunta deve valer para muitos lugares do planeta. Mas com toda a certeza não vale para a maioria da população brasileira, e com absoluta segurança não prevalece em São Paulo. Especialmente quando o profeta em potencial nasce nos meios populares. Com oito anos, na bucólica Embu, será despido e pendurado num cano de chuveiro, com água escorrendo no corpo e nele serão aplicados, por policiais, choques elétricos, nas mãos e nos órgãos genitais. E receberá surras de taco de bilhar. No Tatuapé, numa unidade da Febem, ele será encerrado em cubículos fechados e ficará em estado de total incomunicabilidade durante vários dias.

Se escapar de todas essas provocações, preso, sem nenhuma culpa formada, no campo de concentração da Colônia Correcional de Pedra Preta, em Salvador, e ainda tentar fugir, será abatido por dezolto policiais da polícia sul-africana da Bahia, com cassetetes, coronhadas de fuzil e estacas de cerca.

De nada adianta continuarem as autoridades públicas a insistir que todos esses casos se devem ao despreparo dos funcionários ou a desvios patológicos de agentes determinados, mal pagos, submetidos a pressão, coladinhos. Chega de jogo de empurra, de falsos inquéritos, de desmentidos e ameaças de processo à imprensa. Cada vez é mais escandalosa a monótona repetição de histórias que fazem jus a uma cidade sob o domínio da Gestapo — desde que se pertença às classes populares. A responsabilidade por essas torturas, por esses maus-tratos, por esse arbítrio tolerado e invectivado, cabe diretamente ao Estado e aos governantes responsáveis pelo exercício do poder de polícia que os cidadãos lhes delegam.

Dada a desenvoltura com que atuam, sistematicamente, esses algozes dos pequenos cidadãos paulistas, estamos perfeitamente autorizados a supor que se trata de uma política deliberada do Estado. Na recusa em efetuar políticas que atinjam as causas estruturais, os governantes preferem limitar-se a uma prática não-contemporânea, de clientelismo, de paternalismo, que nada vê além da filantropia. E como não quer assegurar educação gratuita continuada, nem gerar empregos, compactua com o terrorismo e com a eliminação velada das crianças das classes populares.

Numa unidade da Febem se amontoam seiscentas crianças de

até seis anos de idade. Não é muito difícil registrar desde já, antes que elas cresçam, dados os métodos concentracionários utilizados nessa instituição, que não há nenhuma esperança para esse contingente infantil. De nada adianta a nossa emoção, pobrezinhos, tão pequeninos, uns santinhos. Sobre todo o sentimento, o que continua a prevalecer é a utilização do terror policial, com o aval dos governantes, para dominar esses cidadãos. O recente escândalo em torno da proposta fascizante de transformar a Ilha Anchieta num presídio-mirim revelou com a clareza de um relâmpago a que estão dispostos os que atualmente ocupam o aparelho do Estado.

E, apesar da atual histeria em torno dos menores, provocada pela televisão (com o apelo do Estado que concede os canais às emissoras), não há nada de novo. "As repetidas notícias de crimes sucessivos, algumas enclimadas com o título "Assassinos precoces" — ao passo que atestam a perversão dos costumes, em meio da qual cresce a infância desprotegida do Rio de Janeiro, fazem pensar com horror nessa nova geração que há de vir, que há de substituir a atual e abismar o País na desordem e na anarquia, contra a qual não valerá, para extingui-la, repressão de espécie alguma. A infância desta capital está entregue ao abandono e ao vício." Podia ser um artigo do jornal de ontem. Na verdade é de 1.º de agosto de 1902, Ernesto Sena, escrevendo no "Jornal do Comércio". A indignação diante do fenômeno é a mesma de hoje, a mesma perplexidade diante da redução do problema a seu aspecto repressivo. E no entanto, 78 anos depois, o governo de São Paulo, o Estado mais desenvolvido da Federação, não vê na prática outra maneira de lidar com o problema senão através do terror, da repressão, da tortura.

E, há de se convir, seus atribulados agentes sentem-se com largo respaldo legal. Desabusadamente, diante do descaso do partido da oposição e de quase nenhuma mobilização da sociedade, foi instaurado, sob as barbas dos cidadãos, um preceito do novo Código de Menores, que legaliza a prisão cautelar para crianças. Os menores podem ficar ao arbítrio da autoridade policial, detidos até cinco dias — limite que sempre é interpretado com generosidade. Há autoridades que se gabam do imenso serviço que esse prazo — durante o qual informações podem ser obtidas mediante torturas e espancamentos dos menores — presta para a celeridade de investigações.

Todos os dias nos bairros em que moramos em São Paulo, nas instituições sociais e policiais mantidas com as contribuições dos cidadãos, estão sendo extintas centelhas que poderiam vir a clarear o nosso tempo.

Paulo Sérgio Pinheiro é doutor em Ciência Política pela Fundação Nacional de Ciências Políticas, Paris, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e colabora regularmente na revista "Isto é".

4

Profissionalização para menores de 12 a 13 anos

O anteprojeto de lei criando na CLT um estágio educativo-profissionalizante foi entregue, ontem, ao secretário da Promoção Social, Antonio Salim Curiati. A proposta foi elaborada pela Federação Brasileira de Patrulheirismo e pela Federação das Associações do Menor, que pretendem a profissionalização dos menores na faixa etária de 12 a 18 anos assistidos pelas entidades sociais de patrulheirismo, guarda-mirim, legionários e outras instituições congêneres.

O documento será encami-

nhado ao governador e ao ministro do Trabalho. O anteprojeto propiciará estágios aos menores carentes, sem vínculo empregatício, em jornada que não deverá ultrapassar 7 horas diárias e recebendo uma bolsa cujo valor não poderá ser inferior a 50% do salário mínimo vigente — os recursos referentes ao custeio das bolsas ficarão por conta do órgão onde o menor estagiará.

Ao receber o texto, o secretário Salim Curiati afirmou

que apenas essa colaboração da comunidade é que deverá ajudar o governo na resolução dos problemas sociais e que "o menor da FEBEM está comprometido porque existem distorções sobre o que esse órgão vem fazendo. Às vezes até as pessoas mais esclarecidas não têm conhecimento dos fatos. Possuímos de 800 a 1.000 vagas para a profissionalização de menores e, na maioria das vezes, os pais os impedem de frequentar os cursos, por estarem ligados à Febem".

"Tuca" agora quer falar com juiz de Menores

CARLOS ALBERTO LUPPI

O menor "Tuca", de 14 anos, detido ilegalmente no presídio de Sorocaba, deseja manter um contato com o juiz de Menores da Capital, Nilton Silveira — que reassumirá hoje seu cargo — e passar aos cuidados do Movimento de Defesa do Menor.

Ontem, através de um funcionário do presídio, que procurou este repórter na "Folha", Tuca mandou este recado: "Estou desesperado. Quiseram abusar de mim na UT-3 da Febem e várias vezes me ameaçaram de morte. Houve momentos em que tentaram fazer com que eu fugisse, mas fui informado de que queriam isso para me matar na rua, como já aconteceu com vários pivetes. Eu resisti. Então me mandaram para Sorocaba, alegando que aqui eu iria aprender algumas lições para deixar de ser bandido. Acontece que eu não sou bandido. Fui forçado pela polícia a assinar crimes de morte que nunca cometi. Eu quero ser ouvido. Quero ser bem tratado. Quero que alguém me ajude e não que me humilhe e me maltrate. Os outros meninos também querem ajuda e não cacetadas, tapas e espancamentos, como acontece dentro da Febem. Eu quero demonstrar que posso me recuperar. Para isso eu quero ajuda e não maus-tratos. Ouvi falar do Movimento de Defesa do Menor. Que eles querem me ajudar. Por que não deixam? Eu preciso falar com o juiz. Ele vai me compreender."

Tanto a Febem como o juiz Calo Pereira Lima continuam impedindo que o Movimento de Defesa do Menor, através de uma equipe médica de cinco especialistas, faça um diagnóstico psíquico-clínico de todos os meninos no presídio de Sorocaba e lhes dê orientação adequada. O Movimento, através de sua presidente, Lia Junqueira, garantiu ontem "ter condições de prestar assistência completa a estes meninos humilhados pela Febem e por pessoas cuja insensibilidade e despreparo causam horror a qualquer ser humano".

NA ONU

Um dossiê completo sobre o assunto, com denúncias contra a Febem e vários de seus funcionários e diretores, será entregue nos próximos dias aos ministros Jair Soares, da Previdência Social; Abi Ackel, da Justiça, com cópias à Organização das Nações Unidas. O relatório se intitula "Violação aos Direitos dos Menores no Brasil" e tem mais de mil páginas.

Ontem, o ex-presidente da Febem, promotor João Benedito de Azevedo Marques — que foi demitido da Fundação em 1978, por discordar da política executada pelo ex-secretário Mário Altenfelder, da Promoção Social — condenou as violações aos direitos dos menores em São Paulo. Ele citou o caso de "Tuca", informando que "nos três anos em que dirigi a Febem, tais abusos não ocorriam e jamais um menor de 18 anos foi enviado para um presídio". Segundo disse, "a lei é clara e tanto o Código de Menores como o Código Penal proíbem a colocação de menores em presídios". A detenção de qualquer menor de 18 anos em cadeia e presídio "viola frontalmente o texto legal" — disse João Benedito de Azevedo Marques. Para menores de 18 anos, a legislação determina que sejam encaminhados a centros de triagem e centros educacionais.

2

Apesar das crises, presidente da Febem garante que não deixa cargo

O presidente da Febem, Antônio Luís Ribeiro Machado, desmentiu ontem, energeticamente, que tivesse qualquer intenção de se afastar do cargo por não estar suportando mais as crises da Fundação. Afirmando que a fase inicial de crise, principalmente no setor técnico — administrativo ligado às unidades, está totalmente superada, Ribeiro Machado assegurou nunca ter pretendido afastar-se da Febem, entidade a que continuará servindo "enquanto merecer a confiança do governador e do secretário Antônio Salim Curiati".

Por sua vez, o secretário da Promoção Social distribuiu comunicado alertando a população sobre o que chamou de "campanha dirigida que se nega a reconhecer o que é bom e só usa de fundamentos equivocados e propósitos destrutivos". Salim Curiati não tem a menor dúvida de que a notícia sobre a demissão do presidente da Febem "revela intenção antidemocrática, com a finalidade de solapar as instituições".

A Febem e sua diretoria executiva, representada pe-

lo presidente Antônio Luís Ribeiro Machado, apresentaram um pedido de esclarecimento judicial ao jornalista Carlos Alberto Lupi, autor da matéria sobre a demissão do presidente e de outras reportagens publicadas na Folha de São Paulo — o processo se encontra na 7ª Vara Criminal — todas denunciando irregularidades na Fundação. Também a presidente do Movimento em Defesa do Menor, Lia Junqueira, está sendo acionada juridicamente, por meio da Procuradoria Geral da Justiça, para responder pelas críticas que fez à Febem durante entrevista à televisão. Segundo informação de Ribeiro Machado, a representação logo será formalizada em processo-crime.

O presidente ainda negou que se sentisse revoltado com a utilização da Febem para fins políticos e, argumentando que esse problema não existe, lembrou que a entidade é prioritária para o governo do Estado. "Aqui, não existe interferência política. Tudo é planejado e executado sob orientação de equipes inter-

profissionais." Prova disso, em sua opinião, seria a liberação da verba de Cr\$ 197 milhões, aguardada para esses próximos dias, destinada a suplementar o atendimento per capita dos menores e ampliar convênios com particulares para atendimento de excepcionais.

Essa verba permitirá a transferência dos 547 excepcionais, que ainda estão sob a guarda da Febem, para hospitais especializados, em Sorocaba e Pilar do Sul. O que não foi possível antes porque, segundo Ribeiro Machado, nem o Inamps ou a Secretaria da Saúde os aceitavam.

Também está para ser liberada uma verba de Cr\$ 8 milhões que será aplicada na unidade de Sorocaba, na construção de duas oficinas, sete salas para terapia ocupacional e muros de isolamento com a parte externa, que ficará como área de lazer. A unidade de Sorocaba abriga, atualmente, os menores saídos da unidade de Mogi-Mirim, desativada após a rebelião de janeiro, quando também foram feitas denúncias de corrupção.

Segundo as notícias divulgadas ontem, esses fatos teriam contribuído para Antônio Luís pedir sua demissão, apressada pelo recente assassinio do menor Glênio Júnior por um menor excepcional que não recebia tratamento adequado da Febem, em Jacareí. Além de negar essas informações, o presidente da Fundação ficou satisfeito ao saber que o juiz de Menores de Jacareí, Décio Barreti, instaurou uma sindicância para apurar irregularidades na unidade educacional de Jacareí.

Para Antônio Luís Ribeiro Machado, a medida permitirá a descoberta de possíveis deficiências das quais, entretanto, ele diz não ter conhecimento. "A unidade atende meninos de 14 a 18 anos, com leves problemas de psicopatia, e o atendimento é feito de forma educacional aberta, segundo recomendação de terapia. O prédio, muito antigo, quase centenário, abriga quase 100 menores, que recebem todo atendimento inclusive escolaridade e labor-terapia e terapia ocupacional."

15 JAN 1980

Curiati nega demissões na cúpula da Febem

O secretário da Promoção Social, Antônio Salim Curiati, afirmou, ontem à tarde, que "nada saiu da minha boca com relação à demissão de qualquer funcionário da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor. A suposição de que quase toda a cúpula da entidade possa ser substituída nos próximos dias é apenas notícia de jornal. O dr. Ribeiro Machado tem desenvolvido um trabalho maravilhoso, como presidente da Febem, e não haverá nenhuma devassa. Estamos, sim, fazendo um levantamento, há 120 dias, em todos os setores da entidade. No entanto, nos próximos 15 dias haverá substituições nas coordenações dos estabelecimentos sociais do Estado, com o objetivo de dinamizar a Secretaria".

Segundo fontes da Secretaria, "a punição, através da substituição de quase toda a cúpula da Febem, seria motivada pelo não cumprimento das determinações (por escrito) para apurar denúncias de irregularidades e violência em várias unidades da Fundação, principalmente na de Mogi Mirim, onde se fala em desvios de mantimentos, torturas, drogas e ameaças contra quem denuncia".

Salim Curiati negou, também, que tenha dado um prazo de 72 horas, na última sexta-feira, para que Ribeiro Machado lhe apresentasse os resultados da sindicância instaurada por solicitação do secretário, feita através do Ofício n.º GS 3103/79, datado de 11 de dezembro último.

Em relação às denúncias de assassinio na Central de Triagem e Encaminhamento — Cetrem, além de outras irregularidades, feitas por uma ex-funcionária do órgão e divulgadas, com exclusividade, pela "Folha de São Paulo", o secretário Salim Curiati afirmou que, "como sempre, a minha Secretaria, por determinação do Governo, está aberta à imprensa e vamos apurar essas irregularidades. Acredito em toda denúncia até que seja provado o contrário. A comissão permanente processante da Secretaria, cujo presidente é o promotor público Carlos Maurício Fernandes Iancaster, vai apurar os fatos e, se houver pecadores, eles pagarão com demissão ou suspensão.

1

15 JAN 1980

Febem é contra o projeto do menor

"Em todos os países do mundo o menor infrator é uma responsabilidade do Estado e é isso que nossa legislação e o Código do Menor determinam. A Febem já está em funcionamento há aproximadamente cinco anos e só recentemente começou a atingir as condições próprias para lidar com o menor infrator." Por isso, o presidente da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, Antônio Luís Ribeiro Machado, acredita que a passagem desse setor para entidades particulares é improvável e acarretaria um processo muito complexo, sendo que dificilmente se encontrariam instituições com estrutura necessária para seu atendimento.

"Para lidarmos com o menor infrator — explicou — com problemas sérios de conduta e, muitas vezes, com problemas psíquicos de difícil solução, foi necessária a criação de toda uma estrutura que engloba técnicos, pessoal especializado e unidades próprias. Estas unidades estão instaladas em prédios públicos e para que elas pudessem passar para mãos de particulares seria necessária a criação de uma lei.

A Febem já mantém 530 convênios para o atendimento de cerca de 36 mil crianças. Em suas unidades são assistidos, aproximadamente, oito mil menores carentes ou abandona-

dos, além dos 800 classificados como infratores. Além disso, a Febem recebe uma "população flutuante" que varia entre 2.500 a 3.000 menores, totalizando os 50 mil atendimentos mensais.

As crianças entregues a instituições particulares são aquelas que apresentam problemas leves de conduta, as abandonadas — isto é, que não têm família — as carentes — ou aquelas que a família não tem condições de mantê-las — e as com problemas físicos ou mentais. E, nesses casos, o presidente da Febem reconhece que os resultados têm sido positivos. Os problemas encontrados nas unidades onde estão internados os menores infratores, segundo

ele, na maioria das vezes são provocados pelos "jovens adultos" os que já completaram 18 anos e aguardam transferência para a Casa de Custódia de Taubaté.

Por isso, Antônio Luís Ribeiro Machado acredita que a melhor solução será a divisão da Febem em duas coordenadorias, uma responsável pelos menores desassistidos e outra pelos menores infratores. "Em qualquer dos casos, porém, será necessária a aprovação do Conselho da Fundação, do governador e do Juizado de Menores, explica o presidente da Febem. Quanto às denúncias sobre o atendimento da Unidade de Mogi Mirim, ele assegura que foram feitas por "um funcionário demitido por justa causa, com suspeitas de tráfico de drogas, que quer forçar sua reintegração". E quanto à morte de um migrante no Cetren, vítima de espancamentos, e outras irregularidades apontadas por uma ex-funcionária, o secretário da Promoção Social, Salim Curiati, garantiu que, apesar de não terem ocorrido na sua administração, instaurou sindicância para apurar os fatos.

19

Torturadores da UE-11 da FEBEM condenados

Tomaz Antonio Cortez e Abel Antonio da Silva Braga, respectivamente ex-diretor e ex-inspetor do Instituto de Menores de Iaras (UE-11) mantido pela FEBEM no município de Águas de Santa Bárbara, foram condenados pelo juiz da comarca de Cerqueira Cesar, Marco Antonio Alves de Lima, a dois meses e 10 dias de detenção, por crime de maus tratos contra menores ali internados, além

da pena acessória de perda do cargo público, por haverem agido "com abuso de poder" ou "violação do dever, inerente a função pública".

Em sua sentença, o juiz acolheu parcialmente a denúncia oferecida pelo promotor público Gilberto Passos de Freitas, absolvendo, por insuficiência de provas, um terceiro acusado, o vigilante Francisco Carlos Leite.

Os fatos ocorreram em

1976, ficando provado que os condenados no desempenho de suas funções adotavam métodos disciplinares e corretivos exagerados, submetendo os menores a castigos que lhes acarretavam perigos à saúde e que iam desde a supressão de alimentos, espancamentos, trabalhos forçados e submissão a vexames, uma vez que os garotos eram obrigados a "desfilar", vestindo apenas calcinhas femininas.

FOLHA DE S. PAULO

Condenados por maltratar menores

Por prática de maus tratos a menores, o ex-diretor do Instituto de Menores de Iaras, da Febem, Tomás Antônio Cortês, e o ex-inspetor Abel Antônio da Silva Braga, da mesma unidade, foram condenados a dois meses e dez dias de detenção pelo juiz Marco Antônio Alves de Lima, do município de Cerqueira César. Como pena adicional, perderam o cargo público, porque agiram, segundo sentença do juiz, "com abuso de poder ou violação de dever inerente à função pública". Por insuficiência de provas, foi absolvido o terceiro acusado, o vigilante Francisco Carlos Leite.

Pela primeira vez, se viam e torturas contra menores, em unidades da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, foram comprovadas na Justiça Criminal e resultaram na punição dos culpados.

Em São Paulo, o presidente da Febem, Antônio Luis Ribeiro Machado, evitou comentar a condenação, mas informou que Abel Antônio da Silva e Tomás Antônio Cortês foram desligados da entidade no início de 1979, "por abuso de autoridade na direção do Instituto de Iaras".

TORTURAS E VEXAMES

No processo, ficou comprovado que os dois funcionários adotaram no desempenho de suas funções, em 1976, métodos disciplinares e corretivos exagerados, aplicando aos menores castigos como supressão de alimentos, espancamentos, trabalhos forçados e submetendo-os a vexames.

Na sentença, o juiz Marco Antônio Alves de Lima enumerou as seguintes acusações:

— O menor Adnoram Barbieri, de 15 anos, em junho de 1976, sem motivo aparente, foi agredido a golpes de sapato e, posteriormente, com um pedaço de mangueira, pelo inspetor Abel Antônio da Silva Braga.

— Os infratores das normas disciplinares eram submetidos a trabalhos forçados na lavoura ou no campo, em períodos excessivos e superiores às suas forças, por ordem de Tomás e Abel e vigilância de Francisco

que usava um chicote.

— Os menores eram obrigados a trabalhar vestindo somente roupas íntimas de

mulher, na presença dos dois funcionários condenados, que zombavam dos meninos e faziam piadas, chamando-os de nomes de baixo calão.

— No dia 9 de janeiro de 1977, em um dos prédios da unidade, o menor Renato Dias Pereira, de 12 anos, por ter roubado um rádio de outro garoto, foi obrigado a tirar as calças e espancado nas nádegas por Tomás e Abel.

— O mesmo garoto fugiu da unidade e foi recapturado, em data não apurada, próximo à localidade de Ponte Branca, a mais de 8 quilômetros de distância. Abel e Tomás o obrigaram a voltar correndo para a unidade; quando tentava parar para descansar, Tomás, que ia em um carro, espancava Renato com uma vara. Ao chegar ao instituto, o menor foi obrigado ainda a correr em volta do prédio.

— Um menor de nome Donizeti, por questões disciplinares, foi trancado completamente nu em um quarto sem móveis e instalações sanitárias, onde ficou 24 horas. Nesse período, foi espancado com um cabo de vassoura e não recebeu qualquer alimentação.

QUASE IMPUNES

Apesar da gravidade dos fatos comprovados no processo, Abel Antônio da Silva Braga e Tomás Antônio Cortês quase ficaram impunes. O promotor Mauro Macedo, da Comarca de Avaré, na época em exercício no município de Cerqueira César, havia pedido o arquivamento do processo por entender que não havia crime a punir.

O então juiz de Direito da Comarca, Antônio Carlos Rúbio, não aceitou e remeteu o processo à Procuradoria Geral de Justiça. O procurador geral Gilberto Quintanilha Ribeiro indicou o promotor Gilberto Passos de Freitas para atuar no caso. O novo promotor ofereceu então a denúncia agora aceita pelo juiz Marco Antônio Alves de Lima, da Comarca de Cerqueira César, que condenou os funcionários.

Tomás Antônio Cortês e Abel Antônio da Silva Braga pretendem recorrer da sentença.



Rio de Janeiro, sábado e domingo, 24 e 25 de novembro de 1979

FALA O POVO

Crítérios na Funabem

"Que pena! Fiquei tão feliz quando soube que uma mulher iria ocupar a presidência da Funabem. Como também sou mulher, me senti orgulhosa. Porém, que decepção! Esse lugar só deveria ser ocupado por pessoas conscientes, cheias de compreensão e amor ao próximo, amor esse em quantidade para promover o verdadeiro bem-estar."

Mas até parece ironia, pois sua primeira preocupação foi não se preocupar em conhecer seus bons funcionários, pois estava ansiosa em acomodar gente despreparada, mas que tivesse duas qualidades que parecem ser indispensáveis: ser gaúcho e ser amigo de um político.

Despediu e continua despedindo homens capazes, cheios de experiência, que quem os conhece pode testemunhar, e que só engrandeceriam seu trabalho. Na época em que se fala em diálogo, ela insiste em negá-lo aos demitidos, pisoteando os direitos humanos. Nem a proximidade do Natal quebra a sua frieza, ou então, é a vergonha de dizer que está ali não a serviço de um bom trabalho para o menor e sim dos interesses políticos pessoais. Que pena!"

Sônia L.A. Guimarães - Copacabana, Rio

Correio Braziliense
(Brasília)

segunda - feira - 31/03/80

Funabem em pé de guerra

Um menor foi esfaqueado por outro, sendo internado em estado grave no Hospital Regional do Gama; uma monitora foi esfaqueada por uma interna; internos e internas fazem bacanais, à noite, no refeitório, sem serem importunados. Estes são alguns dos fatos que configuram uma situação de caos na Funabem do Distrito Federal, localizada no Gama. A diretora da entidade perdeu o controle da situação e, mesmo medidas como a demissão de seis inspetores noturnos, "por incompetência", segundo se informa, parecem ser insuficientes para restabelecer a ordem, conturbada ao ponto de motivar um clima de insegurança tal que os funcionários temem ser atacados a qualquer momento pelos internos, revoltados com os desmandos.

O esfaqueamento de um interno por outro aconteceu durante a partilha do produto de um roubo. À noite e nos fins de semana, internos saem do prédio e praticam roubos. Apesar das denúncias que têm sido feitas, a situação na Funabem se agrava dia a dia. Leia reportagem na página 8.

Caos na Funabem

Uff.
Interno e monitora esfaqueados. Diretora perdeu o controle da situação

A Funabem de Brasília, cuja sede está situada no Gama, chegou ao ponto máximo de uma crise, o caos. Depois da fuga de três menores ocorrida há quase um mês, quando foram sequestradas três meninas e destruídas parcialmente as dependências do prédio, outros incidentes ocorreram no órgão e, devido a gravidade deles, a diretora vinha mantendo tudo em sigilo. Um menor foi esfaqueado por outro, estando internado com ferimentos graves no Hospital Regional do Gama; uma monitora também foi esfaqueada por uma menor e seis inspetores noturnos foram demitidos "por incompetência". Há bacanais entre garotos e garotas internas. Agora, com a crise, os funcionários correm o risco de ser atacados pelos internos porque a segurança no prédio praticamente não existe mais. A direção perdeu o controle da situação.

As denúncias dão conta de que, apesar de irregularidades ocorridas na Funabem terem sido publicadas pelo Correio Braziliense, a diretora ainda não tomou nenhuma providência no sentido de regularizar a situação e restabelecer a ordem no prédio. Os internos continuam saindo à noite e nos fins de semana para roubar e retornam com o produto de furto e drogas para as dependências do prédio.

Um funcionário da Funabem, que não quis se identificar, fez uma grave denúncia, dizendo que "os menores roubam o caminhão da Funabem para fazer cavalos-de-pau no pátio e, como se isto não bastasse, à noite, levam as meninas para o refeitório, onde mantêm relações sexuais sem serem importunados". Segundo o denunciante, "todos os funcionários da Funabem sabem

não só dessas como de outras irregularidades, mas não podem agir porque o órgão não tem estrutura para dar um corretivo nos internos". O empregado da Funabem disse que "aqui ocorrem fatos que se publicados, chocariam a opinião e desmoralizaria o órgão". O informante não quis revelar esses fatos, prometendo, no entanto, que "se alguém não tomar uma providência para modificar a estrutura da Funabem do Gama, as autoridades governamentais saberão da verdade que cada vez mais proliferará na instituição do Distrito Federal".

VIOLENCIA

Foi durante uma partilha de objetos roubados que o menor conhecido por "Chico" sacou de uma faca tipo peixeira que tinha na cintura e aplicou vários golpes em outro interno, conhecido como

"Cobal". A vítima foi internada em estado grave no Hospital Regional do Gama, mas a diretora do órgão, temendo a repercussão do caso, teria mantido a agressão em sigilo, apesar do esfaqueamento ter sido registrado na 14ª Delegacia do Gama.

Até sexta-feira à tarde, como é de praxe, "Chico" não havia sido recambiado para a Delegacia de Menores à disposição do juiz de menores Manoel Coelho. Uma menor, não identificável, que esfaqueou a monitora Fátima na coxa, também não foi enviada para a delegacia de Menores. O motivo da agressão foi o fato da monitora ter chamado a atenção da interna, que, além de não atendê-la, armou-se com uma faca e a agrediu. Não há informações de que o esfaqueamento da monitora tenha sido registrado na 14ª DP.

Menores da Funabem espalham medo entre moradores do Rio

NEUSA MIRANDA
Da Sucursal do Rio

RIO (Sucursal) — Moradores das ruas onde estão situadas as escolas da Funabem uniram ao medo coletivo que tomou conta dos habitantes do Rio, um medo específico, comum somente aos vizinhos das escolas correcionais, de menores carentes e abandonados da Funabem: o medo de crianças. Medo de crianças sujas, com ar de malandro, que andam em grupos de cinco e seis e, em plena luz do dia, assaltam lojas e ônibus e moradores. A noite, eles retornam ao lar: as escolas da Funabem.

Rejeitados pela sociedade, esquecidos pelos governos e manipulados pelos eleitores, os menores da Funabem "estão de fato abandonados", conforme denúncias de professores, instrutores, pequenos funcionários do órgão e moradores e policiais do bairro de Quintino e do Galeão, este na Ilha do Governador, onde estão localizadas as escolas da Funabem. As denúncias se atropelam numa só questão: seja simplesmente menor interno ou com desvio de comportamento, todos têm plena liberdade de ir e vir. Mesmo os funcionários do órgão, que são os mais próximos e participantes da nova política traçada pela gestão Ecléa Guazzelli, não sabem explicar "o que e por que está acontecendo". Informam apenas que a determinação do "respeito ao menor" — princípio básico da política instituída pela presidente do órgão simplesmente esvaziou as salas de aula, as oficinas de profissionalização e disseminou a violência entre os menores, a insegurança entre os funcionários e o medo entre vizinhos da Funabem, como relatam alguns funcionários e professores.

"Não bastasse o clima de insegurança em que vivemos diante das quase 300 demissões ocorridas desde que d. Ecléa assumiu, e outras que estão para vir, vivemos agora com medo das próprias crianças. Aqui em Quintino temos medo até de andar pelos pátios e as mulheres só vão aos banheiros acompanhadas. A creche feita para os filhos de funcionários e com capacidade para 150 crianças, recebe somente cinquenta. Não temos coragem de trazer nossos filhos para cá. A situação é tal que a própria diretoria de Quintino contratou vigilantes, em quantidade maior do que existia antes. A presidente diz que a política é de respeito e liberdade, mas acreditamos que somente quando se trata de esvaziar as escolas, pois aqui dentro aumentou o número de inspetores-monitores e vigilantes, mas somente para garantir nossa integridade física.

Se a confusão parecer tomado de assalto os antigos funcionários, muito mais ainda alguns conhecidos que d. Ecléa trouxe do Sul para trabalhar com ela, tanto assim que alguns já estão retornando a Porto Alegre, como Isabel Izilda, Ana Maria — (assistentes sociais), Roberto Cooper (médico), Iria Goulart Martinez (assistente da presidência) — esses todos na faixa salarial de Cr\$ 76.000,00, não incluídas as gratificações por cargo. Há ainda o pedido de retorno para o Rio Grande do Sul feito pelos dois sargentos da PM que d. Ecléa trouxe para a segurança pessoal: Elci Vaz e Valdir Leal, na faixa

salarial de Cr\$ 50.000,00 e que estavam ocupando cargos de chefia.

TEORIA E PRÁTICA

Na opinião dos funcionários, novos a antigos, fica muito difícil entender uma situação onde a teoria e a prática entram em permanente confronto. Esclarecendo isto, voltaram à questão da vigilância interna dentro da Funabem, mas somente para proteção dos funcionários, e que entendem ser demonstrativo de que esta confiança e respeito ao menor não pode ser levada tão a sério. Esclareceram os funcionários, que por mais contraditório que pareça a administração de D. Ecléa demitiu um vigilante e contratou 11, demitiu oito inspetores e contratou 11, demitiu 20 monitores e contratou 32. Segundo estes funcionários, o clima de confusão existe desde menos de um mês depois da posse de D. Ecléa, quando houve o primeiro grupo de demissões e perdura até hoje, como explicou:

"Há um ano ocorrem demissões mensalmente. Nunca vi isto num órgão público. O único mês em que não houve demissão foi agosto e em setembro só houve uma. As últimas foram feitas no dia 14 de abril, conforme comprova documentação em meu poder. De lá para cá já houve outras e ainda haverá mais, já chegam a 300 demissões."

Para que os pequenos funcionários que pouco entendem de pedagogia e psicologia, a questão se coloca no nível elementar de "preservar o emprego" pois, impedidos de chamar a atenção dos menores, se sentem, em verdade, coniventes com uma série de situações que vem ocorrendo dentro dos estabelecimentos. Disseram que a vigilância acabou completamente, os portões foram abertos para qualquer um. Isto liberou uma série de coisas como vícios, armas e sexo. Segundo eles, não há mais fuga e sim evasão consentida, que não chega ao conhecimento do Juizado de Menores como deveria ocorrer. Além do mais, não se tem mais controle de quem entra ou sai, pois até as fichas de chamada das escolas e das oficinas de profissionalização foram abolidas, tendo em vista a não obrigatoriedade de frequência.

Segundo funcionários, o problema maior reside mesmo na miconha e homossexualismo, principalmente nas escolas correcionais, onde os menores são inteiramente subjugados, havendo até mesmo caso de estupro de meninas da escola "Stella Maris". No centro piloto da Ilha do Governador estão situadas ainda a escola "Odilo Costa Filho" e Instituto "Padre Severino" e "João Luis Alves". Dizem os funcionários que o fato de não se poder chamar estas escolas de correcionais (são escolas para menores com desvio de comportamento) não veio mudar em nada a realidade dessas crianças. Explicou que a presidente do órgão pode comprovar a situação existente dentro da Funabem, principalmente em Quintino, onde a piscina tem sido utilizada para encontros sexuais em grupos e o jardim para ponto de fumo do "baseado", que, segundo afirmavam, tem trânsito livre dentro desses estabelecimentos.

CRISE

Menores revoltam-se
na Funabem do Gama

ANA MARIA ROCHA

A agressão de um menor a canivete, a agressão de uma monitora por uma menor, a demissão de 6 monitores e um acidente com um caminhão dirigido por um menor, fatos ocorridos na semana passada, podem ser considerados um prenúncio de uma nova crise no Centro Integrado de Atendimento ao Menor e à Família, entidade da Funabem, no Gama. Há cerca de 30 dias a entidade viveu uma grande crise com a fuga de 3 menores — que culminou em tiroteio com a polícia — e que coincidiu com a troca da direção da casa.

Esses fatos ocasionaram a instauração de uma sindicância, por determinação da Superintendente da Funabem no Distrito Federal, Arabela Ciarelli — que assumiu há menos de 20 dias —, para que tudo fosse apurado, analisadas as causas e punidos os responsáveis. A sindicância interna será presidida e composta por funcionários da Funabem e deverá apresentar seu resultado dentro de 10 dias, a contar de hoje. Segundo Arabela, novas demissões poderão ocorrer a partir do conhecimento exato dos fatos de vez que se pretende criar um clima de tranquilidade dentro do CIAMF.

INCIDENTES

Os incidentes começaram a ocorrer na última quinta-feira, à noite, quando um grupo de menores arrombou a porta da cozinha para tirar comida e lá encontraram 2 litros de álcool. Fizeram então suco de laranja e adicionaram o álcool e ficaram todos embriagados.

Na sexta-feira, à tarde, 2 menores trabalhavam na construção de um aviário e um deles impediu que a água corresse naturalmente por um canal cavado no chão. Isto provocou uma grande discussão entre os dois e a chegada de um terceiro que tentava incentivar ainda mais a briga, um dos menores puxou um canivete que portava e feriu o que não participava da discussão, atingindo-o na altura do rim direito. Tanto o menor agredido quanto o agressor são epiléticos.

Um terceiro fato ocorreu com uma monitora que foi agredida por uma menor. A diretora do CIAMF afirma que foi uma simples agressão física, sem uso de qualquer tipo de arma, e que não se recorda o motivo. Uma menor, no entanto, afirma que a monitora foi agredida por ter tomado a defesa de uma menor que é odiada por todas as outras da ala feminina — "porque fuma toda a maconha que a gente traz para cá".

A diretora do CIAMF, Ady Alvares, não admite a existência de uma crise e considera normal a ocorrência de fatos como estes em casa de reeducação de menores que apresentam comportamento antisocial e agressivo. Ela justifica os fatos caracterizando os menores pela falta de socialização e afirma ainda que alguns têm sérios problemas orgânicos que provocam uma impulsividade muito forte.

Os menores, no entanto, denunciam o tratamento que lhes é dispensado por parte de alguns funcionários afirmando que, com certa frequência, são espancados e até mesmo ameaçados com armas. É o caso de N. — narrado por outro menor — que foi espancado, amarrado e levado para a Delegacia de Menores só de cueca, pelo monitor Paulo Furtado que andava, constantemente, ostensivamente armado.

Foi também depois de levar uma surra de Paulo Furtado, que o menor R. resolveu ligar o caminhão que pertence à entidade e estava estacionado no pátio para "passar por cima do monitor". O veículo foi bater em uma das pilstras de um corredor que liga um dormitório a outro, destruindo-a.

A diretora da CIAMF afirma ter conhecimento da agressividade dos monitores aos menores e os justifica pela falta de um treinamento recebido pelos funcionários da casa para este tipo de trabalho. Segundo ela as demissões ocorridas na semana passada — entre elas a de Paulo Furtado — objetivam evitar que pessoas não capacitadas e competentes para a realização de um trabalho pedagógico junto a menores marginalizados continuem no centro.

SEXO E DROGAS

Ao ser indagada sobre as demissões — que só foram adotadas depois dos incidentes ocorridos — Ady Alvares, disse que embora tivesse conhecimento do comportamento inadequado dos monitores não poderia demiti-los sem que houvesse uma substituição imediata. Para ela "é muito difícil encontrar pessoas capacitadas para lidar com menores com desvio de comportamento e era necessário uma substituição à altura".

Embora Ady afirme que sua intenção seja selecionar o pessoal do CIAMF de modo a proporcionar um relacionamento tranquilo e sem agressividade entre funcionários e menores, a opinião dos menores é de que "estão mandando gente embora para colocar só nego ruim aqui. Não vão livrar a cara da gente".

Para Ady Alvares é impossível controlar totalmente uma entidade onde exista internos dos dois sexos. Diante disto admite que exista a prática sexual entre os menores "mas sem promiscuidade e sem muita frequência".

Conta também que é difícil a fiscalização de entrada de drogas no estabelecimento de vez que lá existem internos e externos. No seu entender o fato pode ocorrer sem a percepção dos monitores, ou qualquer outro funcionário da casa.

ORIENTAÇÃO

Ao assumir a direção do CIAMF, Ady Alvares, introduziu novas diretrizes de modo a tornar o comportamento dos menores mais disciplinado. Uma delas é a instituição de horários para todas as atividades e também a adoção de punições internas que objetivam evitar determinadas atitudes dos menores. A fuga, por exemplo, que ocorre com muita frequência na entidade, está agora condicionada ao fato de que o menor não pode mais voltar. Quem foge é encaminhado novamente ao Juiz de Menores que lhe dará um novo destino.

A diretora do CIAMF não acredita que sua nova orientação seja a causadora de maior revolta entre os menores pois, segundo ela, a disciplina é absolutamente necessária quando se trata de menores com problemas de comportamento. Determinadas punições no seu entender, não necessárias à medida que fazem os menores acreditarem que estão perdendo direitos em função do mau comportamento e que se melhorar poderá reconquistá-los.

PROVISÓRIA

Ao final da entrevista Ady Alvares esclareceu que está na direção do CIAMF provisoriamente e que este tipo de trabalho nunca esteve em seus planos profissionais. Disse que aceitou assumir o cargo — que até pouco tempo acumulava com o de superintendente da Funabem — para atender ao pedido de um amigo mas que pretende brevemente voltar a condição de técnica da entidade.

para - para - 01/04/80
para de provisória

Folha de São Paulo, 30/4/1980

LOCAL — 15

Ex-assessor da Funabem contesta as denúncias

O jornalista Glauco Carneiro enviou à "Folha" a seguinte carta, a respeito de matéria sobre a Funabem:

"Pela segunda vez, no espaço de um ano, acabo de merecer referências antiprofissionais em matérias assinadas pelo sr. Carlos Alberto Luppi. Da primeira, "acusava-me" de "tentar reter meu emprego", crime realmente terrível. Agora, através de declarações atribuídas à sra. Lia Junqueira, publicadas na edição de sábado, aponta-me como "colaborador em arbitrariedades praticadas contra o menor" e complacente com a filosofia de violência que teria sido imposta por Mário Altenfelder.

"Quem conhece minha vida profissional, minha seriedade, meu jornalismo e minha história puros ri de uma increpação tão infame como essa. Nada sei do sr. Luppi nem da sra. Lia que não sejam, ao longo de tantos meses, denúncias infundadas, intrigas veiculadas, sempre apelando para o negativo, para o destrutivo, para o que há de pior em nossa profissão: a construção do ruím.

"Tive a honra de ser assessor de comunicação da Funabem e da Secretaria da Promoção Social e vi posta em prática não a mentirosa "política repressiva" que os incompetentes hoje apontam para disfarçar sua falta de condições para o ramo, mas a observância do respeito à dignidade humana e o apreço ao menor como sujeito de direito e não objeto de explorações ideológicas ou sensacionalistas.

"Vi passo a passo colegas responsáveis examinarem com pente fino a Funabem e a respeitarem. Fizemos várias reportagens mostrando o que era o SAM e o progresso alcançado, inclusive no tratamento do menor através da imprensa que passou a analisá-lo na página de enfoque social e não policial.

"Não há na vida de Altenfelder, nem na minha, qualquer coisa que nos desabone. Poderemos dizer o mesmo de nossos detratores? Posso compreender, dialeticamente, o que está sendo feito contra a Política Nacional do Bem-Estar do Menor e a Febem/SP. Não compreendo, porém, que no desvario da campanha tão penosa-

mente encetada por falsos apóstolos da "proteção ao menor", ataque-se jornalistas... pelo fato de serem — ou terem sido — assessores de imprensa. Trata-se de algo realmente novo e deve figurar nos compêndios da infringência à ética profissional.

"Quero crer que haja um pouco de idealismo nas campanhas do sr. Luppi. Por que precisa ser tão parcial e injusto inclusive com os colegas de profissão?

"Que respeito poderemos exigir da opinião pública, se nós próprios não sabemos nos tratar de acordo com a ética?

"Pode-se falar em currículos e testemunhos de intenções. Al seria fácil a nossa vantagem.

"Mas preferimos dizer que repelimos, antes do ataque pessoal, injustificado, mentiroso e antiético, mesmo que posto na boca de pobres diabos disponíveis na campanha, essa forma falseada de fazer jornalismo."

O jornalista Carlos Alberto Luppi, autor da matéria, responde: O sr. se diz profissional, ético, "puro" etc, e atuou com a complacência que lhe é peculiar diante de menores torturados e espancados em São Paulo e no Rio; 2) Sua demissão da Funabem ocorreu por deficiência em seu trabalho e a própria presidente da entidade, sra. Guazelli, admitiu isso; 3) Não faço campanha, apenas denuncio arbitrariedades e quem as comete, doa a quem doer e trabalho em cima de fatos e informações que acho confiáveis; 4) "Pobre diabo" conheci vários na vida. O último é exatamente o sr. Glauco Carneiro; 5) O sr. utiliza papel de carta Oficial para resolver assunto particular. Isso é feio e desmerece sua "encantadora pureza"; 6) Não carrego na vida a marca de incompetente.

Febem proíbe psicoterapia em represália

Doze menores carentes de São Paulo, que há algum tempo vinham recebendo atendimento psicoterápico na Clínica Psicológica Sedes Sapientiae, da rua Ministro Godói, no bairro das Perdizes, foram impedidos de continuar o tratamento pela presidência da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem).

As alegações para impedir a continuidade do tratamento, dado aos menores por duas equipes de psicólogos que trabalham como voluntários, são que o presidente da fundação, Antônio Luis Ribeiro Machado, não quer que menores ligados à Febem tenham qualquer contato com os voluntários do Movimento em Defesa do Menor.

Essas alegações surpreenderam a direção do Instituto Sedes Sapientiae, que em ofício enviado ao juiz de Menores da Capital, Milton Silveira, informa que havia convidado o Movimento em Defesa do Menor para participar desse atendimento aos menores porque "esta entidade, pelo trabalho que vem executando, merece nossa confiança, como mediadora desse serviço".

JORNALISTA DEPÕE

Intimidado pela Febem a prestar esclarecimento em juízo sobre matéria publicada na "Folha", contendo denúncias sobre o estado de incomunicabilidade em que vários menores estavam sendo mantidos pela Febem na Unidade de Triagem número 3 e outras e sobre as várias doenças que proliferam na UT-1 - Sampaio Viana - onde estão internados 600 menores - o jornalista Carlos Alberto Luppi apresentou ontem no juiz Paulo Razuk, da 7.ª Vara Criminal

da Capital, suas explicações. Elas foram entregues por escrito ao juiz através da advogada Maria Aparecida Pacheco.

Além de apresentar explicações e provas do teor de sua reportagem, o jornalista da "Folha" anexou quase 80 páginas de documentos contra a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, onde as "mazelas atuais que atingem a Febem estão mais do que elaras" e 14 fotografias mostrando o estado de alguns menores dentro da Fundação e a precária situação da cozinha do Instituto Modelo da Febem.

O jornalista acusou a Febem de "violar as leis específicas para menores do País, violar seus próprios estatutos e afrontar a opinião pública ao manter um sistema punitivo e repressivo contra os menores". Em sua defesa, o jornalista usou inclusive palavras do próprio presidente da Febem, Ribeiro Machado, contidas num relatório interno da Fundação, onde ele admite a crítica situação da Febem em várias de suas unidades.

Segundo Carlos Luppi, "o exercício de tentar contestar as denúncias é democrático. E em nome disso dou todo o direito à Febem de me contestar pelo menos numa vez após 14 meses de amplas denúncias sobre a péssima situação dos menores no Estado. Só não dou à Febem o direito de tratar os menores carentes e marginalizados como se fossem animais." "Pensava que a prioridade número um da Febem fosse cuidar bem dos menores confiados à entidade. Vejo com profundo pesar que a prioridade dos atuais dirigentes da Febem é a causa de si mesmos e não a causa do menor".

Projeto cria Centro Nacional do Menor

BRÁSILIA (Sucursal) — Para melhor assistência aos menores carentes, abandonados ou infratores, o deputado Carlos Santos (PMDB-RS) apresentou na Câmara Federal, ontem, projeto de lei que cria, no Distrito Federal, o Centro Nacional do Menor. O novo órgão funcionará como grupo executivo dos projetos básicos de pesquisa, ensino, treinamento, profissionalização, desenvolvimento de recursos humanos, documentação e informação.

O Centro Nacional do Menor foi sugerido, há 4 anos, pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Menor, na Câmara, e dentre as suas incumbências está a

de promover medidas relacionadas com o recrutamento, seleção e reciclagem de pessoal para o desempenho das funções e tarefas do "Sistema do Menor" e do "Projeto Dom Bosco".

Nos termos do projeto, o Centro Nacional do Menor, mediante convênios com a Universidade de Brasília e outras universidades do País, acolherá, cada ano, determinado número de universitários, que serão engajados como estagiários de acordo com as respectivas especializações nos trabalhos de pesquisas, levantamentos, atendimento ao menor, formação e desenvolvimento de recursos humanos para o "Sistema do Menor".

NOTICIÁRIO GERAL

ESTADO REDUZ VERBA DA UNIDADE-2 DA FEBEM À METADE

"Garantir a educação, alimentação, saúde e habitação das crianças carentes é um dever do Estado, segundo a Declaração Universal dos Direitos da Criança, que no Brasil, é assumida pelo Ministério da Previdência Social, que até distribui um cartaz com os termos da declaração. No entanto, esse dever não está sendo cumprido satisfatoriamente e somente cerca de 3% dos 29 milhões de menores carentes do Brasil recebem assistência do Estado através de instituições como a Funabem e outros convênios, ainda assim de modo inadequado.

"O crescimento da criminalidade do menor é um fato que hoje se manifesta principalmente nos grandes centros urbanos do País; e tal criminalidade é fruto da marginalidade sócio-econômica em que vive a grande maioria das famílias brasileiras, onde as crianças, sem as mínimas condições de alimentação, saúde, habitação e educação, são obrigadas desde cedo a lutar por sua própria vida. Abandonados por pais alcoólatras, prostitutas, marginais ou que simplesmente não têm condições para sustentá-los, esses menores carentes tornam-se criminosos em potencial."

Essas afirmações foram feitas por Dalva Rosa Policene Brandão Machado, diretora, há cinco anos, da Unidade Educacional - 2 "Dona Paulina", da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor - Febem, situada no km 11 da rodovia dos Imigrantes, onde 183 menores - 93 do sexo masculino e 90 do feminino - com idades que variam de seis a 14 anos, recebem longe da família, a alimentação, saúde, vestimenta, habitação e educação que lhes falta em seus lares.

FEBEM: VERBAS CORTADAS

"A tarefa de substituir uma família, dando condições para que uma criança carente não se transforme num futuro criminoso, é algo



Diretora Dalva Rosa Policene B. Machado.

"difícil de se conseguir" diz a informante. "Principalmente com os constantes cortes de verbas que sofremos; só para 1980, por exemplo, o Estado reduziu a verba da Unidade-2 em cerca de 50%.

Explicou que aquela unidade educacional, de onde ela é funcionária há 19 anos, possui uma pequena rotatividade de crianças, permitindo um trabalho que, mesmo não sendo o ideal, garante ao menos as mínimas condições de infraestrutura na educação dos menores.

"Mas é a uma minoria em relação ao grande número de menores carentes do País - continua Dalva Brandão Machado -, pois a grande maioria está por aí, nas ruas e sob os viadutos, aprendendo a roubar e a matar. Essas crianças, que hoje não estão em unidades educacionais da Febem por falta de estabelecimentos e verbas suficientes, acabam um dia internadas na própria Febem, só que para menores infratores, onde a recuperação é praticamente impossível. Depois de já estruturados para o crime, a Febem, que também é inadequada no tratamento de menor infrator, não consegue ressocializá-los, pois nem com varinhas mágicas

pode-se consertar uma pessoa que desde pequena não foi alimentada, não teve uma habitação, roupas, educação e principalmente uma família."

REBAIXAMENTO INTELECTUAL

A diretora da Unidade-2 da Febem explicou também que os menores carentes lá abrigados vêm das unidades de triagem daquela instituição, onde uma equipe interdisciplinar, formada por médicos, psicólogos, pedagogos e assistentes sociais, elabora um relatório sobre as condições psicológicas e físicas da criança.

"A maior parte dos menores, principalmente os do sexo feminino - acrescenta Dalva Brandão Machado -, possui um rebaixamento intelectual devido as condições sócio-econômicas em que viviam, que se manifesta em dificuldades motoras e de fala e, principalmente, em problemas de aprendizado".

Segundo ela, na unidade, os menores problemáticos fazem um estágio educacional para que depois possam frequentar os grupos escolares próximos ao estabelecimento. Assim mesmo, são dadas aulas especiais de reforço, pois a criança carente encontra mais dificul-



A rotatividade de crianças na unidade é considerada pequena

dades na escola que seus companheiros de classe. Os de maiores dificuldades de aprendizado permanecem no interior da própria unidade, recebendo aulas das 1.ª e 2.ª séries do 1.º ciclo, em classes especiais que seguem o regimento da Secretaria de Educação do Estado. A partir da 3.ª série, passam para os grupos escolares próximos à unidade.

Além disso, os menores participam de atividades pré-profissionalizantes, em marcenarias, sala de artes industriais, trabalhos com cerâmica, couros e pinturas que visam dar noções sobre conduta de trabalho e segurança nessas atividades.

"Mantemos também convênios com algumas firmas - continua a diretora da unidade -, que pagam aos menores para montar grampos e tampas de garrafas. Atualmente esse pagamento é irrisório, cerca de Cr\$ 1,50 por quilo de tampas e Cr\$ 0,40 por dúzia de grampos carteados, constituindo-se em uma exploração de mão-de-obra barata do menor; mas estamos entrando em contato com essas e outras firmas para que o pagamento seja melhor". Segundo ela, o dinheiro arrecadado por cada criança é depositado em uma caderneta de

poupança e pode ser retirado quando o menor necessitar.

SOLUÇÃO: MAIS CASAS

E CRECHES

Para Dalva Brandão Machado, mesmo com os constantes cortes de verbas, a Unidade-2 da Febem é uma das melhores aparelhadas: possui seis casas para as crianças, cada qual com um casal de "laristas" para tomar conta, diversas salas para aulas e atividades educacionais, boas instalações sanitárias e de habitação, área para lazer com campos desportivos, salas para o aprendizado pré-profissionalizante, duas psicólogas e seis estagiárias, pedagogas, médico, dentista e orientadores educacionais. Sua capacidade é para 180 crianças, estando atualmente com três a mais.

"Mas a solução ideal para o tratamento dos menores carentes - disse a diretora da U-2 - seria a construção de milhares de pequenas casas e aldeias, com um número pequeno de crianças em cada uma delas, onde o acompanhamento educacional pudesse ser mais individualizado; além disso, o Estado deveria construir

inúmeras creches em bairros populares, onde as crianças ficassem durante o dia, no caso de pais que trabalhem fora, retornando à noite para seus lares."

Segundo ela, existem crianças daquela unidade que não precisariam dormir lá, pois suas famílias não têm condições apenas de mantê-las durante o dia. "Temos até duas ou três crianças - continuou - cujas famílias moram aqui perto, e elas poderiam dormir em suas próprias casas. A Febem lhes garante as condições de subsistência e educação, mas elas podem estar também com suas famílias. E esta medida seria a ideal para um atendimento mais correto dos menores carentes; só dormiriam nas unidades os que não tivessem família."

"Mas para que a construção dessas várias creches e unidades espalhadas pelos bairros carentes se concretizasse, seria necessário uma ampliação das verbas da Febem, e não cortes como os que ocorrem atualmente". E para o Estado acabaria no final saindo mais barato, pois não gastaria tanto com unidades para infratores, casas de detenção e penitenciárias para colocar os futuros marginais." finaliza

Fundação Nacional do Menor tem novo representante em SP

O ex-supervisor da Vara de Menores da Capital, Miguel Edio Giannietto, assumiu ontem de manhã as funções de representante da Fundação Nacional do Menor, em São Paulo, prometendo dar auxílio técnico e administrativo a outras entidades que cuidam de menores abandonados. A cerimônia de posse ocorreu na sede do Juizado de Menores, em São Paulo, e contou com a presença da presidente da Funabem, Ecléia Guazzelli, do presidente da Febem, Lúis Machado, e do juiz de menores Nilton Silveira.

A Funabem, segundo Ecléia, mantém um escritório em São Paulo há cinco anos, mas nunca a Febem-Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor solicitou ajuda técnica ou financeira. "Só agora a Febem se integra ao bem-estar do menor na busca de

uma colaboração técnico-administrativa visando o aperfeiçoamento dessa política tão difícil na vida nacional", disse a presidente da Funabem.

Ecléia explicou que é importante que se tome conhecimento dos problemas do menor e que os órgãos que cuidam dele devem sempre estar abertos à imprensa, lembrando as denúncias, através de jornais, de menores internos que foram vítimas de violência em São Paulo. "Recentemente, eu só tomei conhecimento do que vinha ocorrendo na Funabem do Rio através da imprensa. Falo das humilhações a que eram submetidos os menores. Constatei que existiam celas, mas não sei se foram usadas".

Disse ainda que está sendo estruturada uma associação de ex-

alunos da Febem e, segundo eles, "os menores deveriam sair dos internatos e ter uma família". Ali, continuou Ecléia, os menores são reprimidos e isso contribui para os desvios sexuais, provocando sérias transformações em suas personalidades.

"Um dos problemas maiores, nesses internatos é o de fomentar o homossexualismo. Normalmente os pequenos são violentados pelos mais fortes".

Ela citou também as denúncias feitas por jornais de Brasília sobre o atendimento a menores de ambos os sexos, infratores, com problemas de comportamento. "Eles mantinham relações sexuais e muitas meninas chegaram a ser violentadas pelos inspetores".